

Revista da Graduação

Vol. 6

No. 1

2013

11

Seção: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Título: MOVIMENTOS SOCIAIS E A PRAÇA DA MATRIZ, PORTO ALEGRE/RS. UM TERRITÓRIO DISSIDENTE?

Autor: MAGNO CARVALHO DE OLIVEIRA

Este trabalho está publicado na Revista da Graduação.

ISSN 1983-1374

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/13785>

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

MAGNO CARVALHO DE OLIVEIRA

**MOVIMENTOS SOCIAIS E A PRAÇA DA MATRIZ, PORTO ALEGRE/RS. UM
TERRITÓRIO DISSIDENTE?**

Porto Alegre

2012

MAGNO CARVALHO DE OLIVEIRA

**MOVIMENTOS SOCIAIS E A PRAÇA DA MATRIZ, PORTO ALEGRE/RS. UM
TERRITÓRIO DISSIDENTE?**

Monografia apresentada como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharel em Geografia pelo programa do curso de Graduação em Geografia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

**Orientadora: Professora Me. Teresinha
Maria Furlanetto Marques**

**Co-orientadora: Professora Me. Tânia
Rodrigues Ferrer**

Porto Alegre

2012

Aos meus familiares, às
professoras Me. Teresinha Marques e Me.
Tânia Ferrer e à sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família; minha mãe Marlene, meu pai Armando e minha irmã Marilene, pela minha formação enquanto ser humano e pelo apoio ao longo, não somente desta jornada, como da vida.

Agradeço imensuravelmente aos meus mestres, em especial a minha orientadora professora Me. Teresinha Maria Furlanetto Marques e a minha co-orientadora professora Me. Tânia Rodrigues Ferrer, pelo apoio desde o início desta pesquisa, por amarem a geografia e inculcaram em mim este sentimento, por transmitirem os seus conhecimentos com dedicação aos alunos e por terem feito deste cidadão, não só um profissional, mas sim um ser humano mais evoluído.

Agradeço, ainda, a todos que passaram pela minha vida e contribuíram de alguma forma para a minha formação enquanto sujeito, em especial as minhas amigas Cássia, Stéfanie e Vani pelo apoio durante este ano.

“Assim como uma cultura política liberal não pode ser sacada, magicamente, da cartola, uma sociedade civil ativa com uma rede de organizações voluntárias não pode ser simplesmente produzida. Acreditar que a história podia ser fabricada foi uma ilusão da filosofia da história. O poder administrativo não é o meio apropriado para o surgimento ou até para a produção de formas de vida emancipadas. As estruturas comunicativas do mundo da vida, por sua vez, só se modificam através do medium da comunicação.”

J. Habermas

RESUMO

OLIVEIRA, MAGNO CARVALHO DE. **Movimentos sociais e Praça da Matriz, Porto Alegre/RS. Um território dissidente?** Porto Alegre. 2012. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Departamento de Geografia), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Nos últimos anos, mais precisamente nos últimos 20 anos, com a instauração do Estado Democrático de Direito, observa-se à ampliação da participação popular em movimentos sociais, sejam eles de cunho político, de direito a moradia, de reivindicações feministas. Ao estudar o ativismo popular, estaremos analisando a manifestação da sociedade civil organizada em defesa de políticas públicas, de melhores condições salariais. Tais manifestações ocorrem em um espaço geográfico, e este se constitui em um território de manifestação popular, carregado de simbolismo e imaginário, constituindo um lugar afetivo e identitário. Desta forma, os movimentos sociais, enquanto prática social, tornam-se agentes modeladores do espaço, uma vez que as práticas insurgentes possuem força e pressão para reorganizá-lo. O protagonismo cidadão pode constituir territórios dissidentes, ou seja, lugares simbólicos caracterizados pela auto-gestão e pela autonomia individual e coletiva. Para o estudo considerou-se o território Praça da Matriz, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, pois o ativismo social que a permeia imprime, a este território ao longo de sua história, a característica de espaço simbólico. A presente pesquisa tem por objetivo responder se a Praça da Matriz é um território dissidente ou seria um espaço de poder?

Palavras-Chaves: Movimentos Sociais. Território. Lugar. Auto-Gestão. Autonomia. Poder

ABSTRACT

OLIVEIRA, MAGNO CARVALHO DE. **Social Movements and Matriz Square, Porto Alegre / RS. A dissident territory?** Porto Alegre. 2012. Philosophy and Human Sciences Faculty (Department of Geography), Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul.

In the last years, more precisely in the last 20 years, with the instauration of the Democratic Estate of Rights, there is an enlargement of the popular participation in social movements, being them of political nature, right to housing, feminist demands. Studying the popular activism, we will be analyzing a civil society demonstration of organization in defense of public policies, better wage conditions. Such demonstrations take place in a geographical place, and itself constitutes a territory of popular demonstration, full of symbolism and imaginary, constituting an affective and identity place. Therefore, the social movements, while being a social practice, are modeler agents of the space, once the insurgent practices have power and pressure to reorganize it. The citizen protagonist can constitute dissident territories, which means, symbolic places characterized by the self-management and by the individual and collective autonomy. This essay considers the Matriz Square, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, because the social activism which permeates this place throughout its history, gives it characteristics of symbolic place. The goal of this essay is to answer if the Matriz square is a dissident territory or a place of power?

Key-words: Social movements. Territory. Place. Self-management. Autonomy. Power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Sesmarias	26
Figura 2 - Carta-Imagem da área em estudo georreferenciada	28
Figura 3 - Imagem da primeira planta de Porto Alegre.....	29
Figura 4 - Foto da praça no final do século XVIII.....	30
Figura 5 - Teatro São Pedro início do século XX.....	31
Figura 6 - Palácio Piratini em 1971.....	32
Figura 7 - Palácio Piratini nos dias atuais	32
Figura 8 - Palácio Farroupilha – sede do poder legislativo	33
Figura 9 - Palácio Justiça – sede do poder judiciário	33
Figura 10 - Manifestação de servidores junto ao Palácio Piratini	52
Figura 11 - Manifestação de servidores, ao fundo visualiza-se a Praça da Matriz ...	52
Figura 12 - Divulgação OcupaPOA	53
Figura 13 - OcupaPOA Territorializado na Praça da Matriz	54
Figura 14 - Movimento em defesa da alegria territorializado na Praça Montevideú .	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Composição da amostra por idade	35
Gráfico 2 - Composição da amostra por escolaridade	36
Gráfico 3 - Percepção frente à Praça	37
Gráfico 4 - Laços de afetividade	38
Gráfico 5 - Composição da amostra, de manifestantes, por idade	40
Gráfico 6 - Composição da amostra, de manifestantes, por escolaridade	41
Gráfico 7 - Composição da amostra por sentimento de pertencimento	42
Gráfico 8 - Composição da amostra, de manifestantes, por reconhecimento	43

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	ESTUDANDO OS MOVIMENTOS SOCIAIS	13
2.1	REVISITANDO ALGUNS CONCEITOS.....	13
2.1.1	A questão da cidadania.....	13
2.1.2	A identidade.....	15
2.1.3	A autonomia.....	17
2.2	OS MOVIMENTOS SOCIAIS PROPRIAMENTE DITOS.....	18
2.2.1	Terceiro setor X Sociedade civil	19
2.2.2	Movimentos sociais durante a ditadura	20
2.2.3	Movimentos sociais na atualidade	21
3	A ÁREA EM ESTUDO E SEUS MOVIMENTOS SOCIAIS	24
3.1	O ESPAÇO, A FORMAÇÃO DE PORTO ALEGRE E A PRAÇA DA MATRIZ..	24
3.1.1	Considerações sobre espaço geográfico.....	24
3.1.2	Formação de Porto Alegre.....	25
3.1.3	A Praça da Matriz	27
3.2	PRAÇA DA MATRIZ: TERRITÓRIO E LUGAR	34
3.2.1	O território.....	34
3.2.2	O lugar	38
3.3	OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA PRAÇA DA MATRIZ	44
4	PRAÇA DA MATRIZ: UM TERRITÓRIO DISSIDENTE?	46
4.1	A SOCIEDADE AUTÔNOMA	46
4.1.1	A autonomia nos movimentos sociais.....	47
4.1.2	Movimentos sociais, territórios dissidentes e a Praça da Matriz	49
4.2	PRAÇA DA MATRIZ E O ESPAÇO DE PODER	55
4.3	A TERRITORIALIZAÇÃO DISSIDENTE EM OUTROS ESPAÇOS.....	57
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

O título desta pesquisa traz a oposição entre duas categorias aparentemente distintas, ou seja, entre território e prática espacial insurgente. Desta forma, valemo-nos da contradição entre território, que remete a condição de legalidade, e movimentos sociais, os quais são associados a ações transgressoras, fora do regramento jurídico.

Esta aparente relação contraditória eleva a presente pesquisa a um novo patamar de análise, a outro olhar geográfico, pois pensamos que o território não é apenas um espaço delimitado, fixo e imutável, mas sim um espaço de trocas, vivências, de expressão das subjetividades e que, a partir de manifestos insurgentes pode territorializar os agentes envolvidos em um território dissidente, autônomo, em oposição à heteronomia da sociedade, onde as decisões partem de cima para baixo, sem a participação popular, em um processo que denominados de democracia representativa ao invés da constituição de uma democracia participativa.

Estudar as práticas espaciais insurgentes se faz necessário tendo em vista que, ao longo da história da ciência geográfica, foram relegadas ao segundo plano. Pouco se considerou o potencial, de agente modelador do espaço, dos movimentos sociais. A geografia crítica, marxista, no Brasil, negligenciou as práticas libertárias, autonomistas, em favor do pensamento da constituição de um Estado leninista com governo centralizado na classe operária.

Desta forma, a análise da geografia crítica foi permeada, ao longo dos últimos anos, pela relação conflitante entre capital-trabalho, ou seja, patrão-operário, onde muitas vezes os movimentos sociais foram tratados de forma absolutamente estruturalista sendo explicados como a simples materialização das relações de exploração exercidas pelo capital, não considerando as novas agendas do século XXI inseridas no ativismo social. Não se pode negar que as relações de exploração pelo capital fomentam uma das diversas formas de participação, mas muitas são as trocas de poder que criam um campo fértil para reivindicações, como podemos citar as relações de poder entre a sociedade e grupos minoritários, como negros, homossexuais, indígenas.

Para estudar as práticas espaciais insurgentes devemos nos perguntar, inicialmente, o que é estudar os movimentos sociais? Assim, estudar a temática significa, sim, estudar a luta de classes, mas também as relações de poder, a

formação de campos de tensão construídos, ou não, pela luta de classes. Desta maneira, estaremos analisando a manifestação da sociedade civil organizada em defesa da moradia, dos direitos das minorias, pela igualdade de gênero, pela defesa do meio ambiente, pelo direito dos animais, por maior participação das decisões que afetam a coletividade, entre inúmeras outras agendas. As práticas sociais formam, assim, o protagonismo, palavra grega que designa lutador principal, ou seja, a sociedade torna-se atriz principal nas transformações do espaço e na sociedade. Acreditamos, então, que os movimentos sociais são inerentes à condição social, motivo pelo qual devemos compreendê-los como um fenômeno essencial na transformação das estruturas sociais, construindo mudanças que refletiram na organização do espaço geográfico.

Ao se territorializarem, os movimentos sociais, constituem um engendramento de forças carregado de poder, composto pelo poder legalmente constituído, representado pelas instituições legais, juntamente com o poder insurgente, materializado nos manifestantes. De mesma sorte, estamos na presença do simbolismo do território, o qual se constitui em um conjunto de memórias e sentimentos aos envolvidos. No presente estudo, a Praça da Matriz, representa um território que remete a uma condição pretérita de manifestação social e de intencionalidade, envolvendo a subjetividade dos atores sociais, portanto o território em estudo, no momento da ação é a expressão de um lugar para o grupo em questão, pois encontramos ali a manifestação da identidade temporária, do sentimento de pertencimento e de integração ao movimento social.

Assim, a presente pesquisa pretende fazer uma analogia entre território e manifestação social, inserindo o ativismo popular em um território de ação, criando, assim, a territorialização de um grupo no espaço, tendo em vista a necessidade do estudo das práticas espaciais insurgentes para o entendimento da organização espacial da sociedade. Para tanto, utilizamos, como fio condutor, a análise de questões de identidade, lugar, território, movimentos sociais e autonomia.

Para cumprir com seus objetivos esta monografia está dividida em 3 capítulos assim dispostos: o capítulo 2 traz a análise dos movimentos sociais, explicando como se formam e como atuam. O capítulo 3 é dedicado à área em estudo, desta forma é estudado a formação da Praça da Matriz a partir da constituição da cidade de Porto Alegre, onde é explicado o conceito de espaço e aplicado duas categorias de análise ao local de estudo, território e lugar. No capítulo

4 é abordada a analogia entre movimentos sociais e território, destacando a forma de territorialização ocorrida no espaço, estudando, também, a Praça da Matriz enquanto espaço de materialização das relações de poder.

Quanto ao método, pensamos que uma pesquisa acadêmica não deve ser balizada por apenas uma forma de análise. De tal sorte que os métodos descritivo e dialético perpassam, preponderantemente, o desenrolar da presente monografia.

Assim, a descrição foi utilizada para tratar da contextualização da área em estudo, uma vez que a partir desta é possível enumerar, sem contestações ou perguntas, detalhadamente os aspectos constituintes da área e sua delimitação.

Outro método utilizado foi o dialético, que é a discussão entre idéias opostas com a finalidade de chegar-se ao denominador comum. Tal abordagem permeará a monografia como um todo, como não poderia ser diferente em um trabalho que pretende estudar o espaço a partir das práticas sociais insurgentes. O espaço é contraditório e complexo. A área em estudo, com suas manifestações sociais, constitui-se num território complexo, um campo de lutas, desta forma a dialética, a partir dos seus “porquês”, é capaz de explicitar da melhor maneira a contradição existente no espaço, ou seja, busca a história pretérita para explicar o presente e projetar o futuro. No caminho metodológico, utilizou-se como ferramentas: revisões bibliográficas, pesquisa de campo, seleção e elaboração de imagens, para, por fim, compilar e analisar os resultados obtidos.

2 ESTUDANDO OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Estudar os movimentos sociais e suas teorizações nem sempre se faz uma tarefa fácil, uma vez que a constante globalização implementa novos fluxos e outro dinamismo nas relações sociais. Desta forma, muito das pesquisas acerca da problemática necessitam de revisões e aprofundamentos teóricos. Assim para analisarmos essa temática é necessário uma retomada de determinados conceitos, como os de cidadania, participação, autonomia. Nesta perspectiva, buscamos produzir um arcabouço conceitual frente às novas formas de manifestações e de ações coletivas contemporaneamente a esta pesquisa, para que nos próximos capítulos fosse possível inserir tais movimentos na porção de espaço em estudo, ou seja, o território da Praça da Matriz. Cabe ressaltar que a análise dos movimentos se fará dentro do território brasileiro e de forma genérica, tendo em vista que tal conteúdo não é o fim, mas o meio para se chegar na problemática da presente pesquisa.

2.1 REVISITANDO ALGUNS CONCEITOS

Para compreendermos a dinâmica social e, por conseguinte os movimentos sociais, é preciso analisar os processos que se encontram no âmago das ações coletivas. Com este propósito, buscamos, a seguir, analisar as questões de cidadania, identidade e autonomia.

2.1.1 A questão da cidadania

A participação, cidadã, surge no momento que formamos a condição de ser cidadão, ou seja, quando incutimos, em nossas vivências e pensamentos, que vivemos em sociedade onde possuímos o dever de contribuir para a evolução e melhorias, visando o bem comum. Pensamos que um movimento social nasce no cerne da cidadania. Mas o que é ser cidadão? Este conceito perpassa a história e toma significados diferentes ao longo da história e do tempo. Sobre o tema, Gohn (2005, p. 19) contextualiza:

Os pesquisadores são unânimes em localizar as origens do conceito de cidadão na Grécia clássica, nos séculos V e IV a.C. Ele surgiu associado às primeiras formas de democracia. [...] Foi na Grécia que se criou a tradição da cidadania política onde a sociedade ideal é justa, e os indivíduos devem ser portadores de virtudes cívicas.

Diferente não podia o ser, a Grécia nos legou a democracia e esta só concretiza-se com a participação efetiva da sociedade. No entanto, a legalidade das questões de cidadania é de responsabilidade do direito Romano. Seguindo com Gohn (2005, p. 19):

Se os gregos estabeleceram as raízes sobre a cidadania, foram os romanos que estabeleceram um estatuto legal ao conceito de cidadania, baseado em direitos e deveres, definindo os membros da comunidade política romana, a “res pública”. Esta concepção de cidadania como uma categoria legal estava conectada com o nascimento da distinção entre estado e sociedade... direitos e deveres dos indivíduos.

Podemos observar que a concepção de cidadania origina-se na história antiga. Desde os primórdios, no momento em que o homem dominou a escrita e iniciou seu processo de dominação do espaço, a temática da cidadania permeia o discurso; a partir do momento em que evoluímos à condição de ser consciente e racional e passamos a viver em sociedade organizada, o ato de participar, tomando decisões de forma efetiva sobre o viver coletivo, origina o processo de cidadania. No entanto, observamos que tal conceito passou, e passa, por um processo, contínuo, de mudança, de reavaliações, de forma que inicia a ganhar o significado atual no momento de surgimento das teorias liberais. Conforme verificado em Gohn (2005, p. 21): “Sabemos que direitos civis surgem com o advento do liberalismo quando a cidadania torna-se uma questão social”.

Com a afirmação da autora, evidencia-se que a produção do espaço e sua transformação é um produto que depende da história e do tempo. A dinâmica espacial e as interrelações entre sociedade e meio são originárias da conjunção entre o momento histórico pretérito e presente. Desta forma, durante a Idade Média, a população passa a viver em feudos isolados sem a presença dos direitos mínimos, de liberdade, de acesso à propriedade (SILVA, 1996). Com o aparecimento do renascimento e a constituição dos Estados Absolutistas e da classe burguesa inicia-se um processo incipiente de formação da condição cidadã que tomará corpo a partir das idéias liberais. Com o liberalismo a cidadania ganha novos rumos, a

sociedade “assina” um contrato, o contrato do viver em coletividade, o cidadão passa a ter direitos e deveres.

Neste breve apanhado histórico foi possível compreender o contexto e a evolução do conceito e do ato de ser cidadão. Nos dias atuais, adquire novas dimensões e conotações e a sua mutabilidade é intensa tendo em vista o mundo globalizado, com novos fluxos e um novo dinamismo. Na essência dos movimentos sociais encontramos a ação coletiva, assim devemos trazer o desmembramento da cidadania em cidadania coletiva, ou seja, a organização da sociedade reivindicando seus direitos e cumprindo seus deveres. Gohn (2005, p. 19) afirma:

A cidadania coletiva é um exemplo. Ela parte de um enfoque que se desloca do conceito tradicional, centralizado no indivíduo (em seus direitos civis ou políticos), para a cidadania de grupos coletivos que vivem situações similares, do ponto de vista da forma como são excluídos ou incluídos numa dada realidade social. [...] a cidadania coletiva une coletivos sociais da sociedade civil e pressiona o Estado pela regulamentação, implementação e vigilância da aplicabilidade de direitos de inúmeras ordens.

A vivência coletiva e o ato de participar constituem, de fato, o cidadão, é preciso lutar pelos direitos e por melhores condições de vida, por moradias dignas e oportunidades. De sorte que não basta ter nascido, ou ser naturalizado em uma determinada nação, para ser considerado um cidadão e engana-se quem pensa que apenas o ato de votar significa cidadania, este ato é um dos eixos que movem a engrenagem da participação cidadã.

Portanto, podemos dizer que cidadania e movimentos sociais caminham lado a lado, são complementares e os movimentos não existem sem a participação cidadã. Depreende-se que um movimento social é fruto da participação, a manifestação só faz presente quando se tem em mente o seu papel da sociedade como agente de transformação e não apenas como massa de manobra. Em nossa lógica de argumentação, trataremos a seguir das questões de identidade, pois só existe participação a partir da aproximação identitária.

2.1.2 A identidade

Todos nós possuímos uma identidade, algo que nos identifique, que caracterize o nosso ser enquanto condição social. A identidade envolve as

subjetividades dos autores, as suas vivências, suas histórias de vida, angústias, aspirações, visões de mundo.

Somos gaúchos, gremistas ou colorados, brasileiros, argentinos. Gostamos de rock, mpb, pop, pagode ou funk, tais características e gostos aparecem de formas diferentes em cada pessoa de maneira que formamos o que chamamos de identidade. Para iniciarmos este debate, trazemos Bauman (2004, p.21-22):

Sim, de fato, a “identidade” só nós é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, “um objetivo”; como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais [...].

Com as palavras de Bauman, depreendemos a raiz da identidade; com as nossas subjetividades e vivências criamos a nossa particularidade que nos faz únicos no mundo, constituindo o que queremos enquanto ser social.

Nascemos e crescemos, criamos laços de afinidade com os nossos pares, nos unimos a grupos distintos, sejam eles punk ou emos, hippies ou nerd's, desta maneira as “alianças” são forjadas, os laços são fortalecidos.

Enquanto categoria de análise das sociedades, a identidade é subjetiva, não nos é apresentada de forma concreta, apesar disso conseguimos observá-la nas ações dos atores sociais, inúmeras vezes dizemos internamente que não frequentamos determinado lugar por não ser a “nossa praia”? Ou quando visualizamos que um mesmo grupo frequenta o mesmo lugar constantemente e não nos aproximamos? Tais situações refletem as identidades dos sujeitos e estão presentes em todas as ações sociais que desempenhamos no curso de nossas vidas.

O movimento social, por sua vez, é um campo fértil para as manifestações de identidade. Pode-se dizer, da mesma forma, que não existe movimento social sem cidadania, não existe movimento social sem identidade. Para lutarmos por uma causa precisamos estar identificados com ela, esta característica é formada ao longo dos anos, como escrito anteriormente, a partir das vivências dos sujeitos. Não estamos aqui dizendo que só lutamos por aquilo que nos interessa, mas sim que a participação só se efetivará no instante que exista um elo de ligação entre o sujeito e a causa reivindicada, como por exemplo: uma determinada pessoa,

não é homossexual, no entanto sua história de vida, sua bagagem cultural e suas experiências, fazem com que ela seja solidária a causa LGBT (Lésbicas, Gays Bissexuais e Transgêneros). Bem como quando defendemos, apesar de possuímos moradia, a causa dos que não possuem uma habitação digna.

Observamos, então, que para a constituição de uma ação coletiva é preciso um ideal comum, algo que ligue os seres sociais. Acerca da identidade nos movimentos sociais Gohn (2005, p. 32) teoriza:

Com a identidade e o reconhecimento inicia-se o processo de dar sentido às ações, individuais ou coletivas. Nesse processo, os indivíduos, de atores sociais – que ocupam diferentes lugares na estrutura social (como pais, trabalhadores, membros de alguma organização, movimento, partido, significado, religião etc.) – transformam-se em sujeitos, autores de ações históricas que ultrapassam as ações contidas no desempenho individual ou grupal.

A identidade legitima nossas ações, que são carregadas de intencionalidades dos autores envolvidos, conseqüentemente, a identidade encontra-se no bojo das manifestações coletivas. Desta forma, reiteramos que para um movimento social se solidificar e obter o resultado de mudança que pretende é imprescindível que os agentes da mudança estejam afinados, identificados com a causa de ação. Uma simples comparação mostra a importância da questão identitária; um movimento social sem identidade é como um carro sem rodas, pois não sairá do seu estado de inércia.

Na sequência, veremos que, além da cidadania e da identidade, a autonomia também se faz uma condição de suporte a participação efetiva do cidadão.

2.1.3 A autonomia

O ser autônomo deve ser entendido como o sujeito que, com suas vivências, histórias, bagagens, visões de mundo, respeita o seu próximo e as subjetividades deste. Como verificado anteriormente o movimento social, a ação coletiva em sua essência, não é apenas aquela que nos convém, mas sim aquela que possuímos identificação e respeitamos, portanto a autonomia é necessária e podemos dizer que só é um ser autônomo, de fato, a pessoa que tenha adquirido o

estado de consciência onde saiba que sua liberdade tem o alcance até onde inicia a liberdade do nosso semelhante. Trazemos agora Souza (2006, p.70-71):

A autonomia coletiva pode ser entendida, igualmente, como um sinônimo de democracia radical, também expressável como autogestão e como instituições políticas (e econômicas) que garantam a autonomia individual, mas não só: também como um imaginário que propicie o caldo de cultura para uma socialização autônoma do indivíduo.

Assim sendo, a partir da autonomia coletiva, pensamos que, utopicamente, poderemos chegar à autonomia individual na formação de um Estado realmente livre; Todavia por mais utópico que possa parecer, este processo de autonomia, que para nós é representado nos movimentos sociais, se constitui em uma importante ferramenta de organização e planejamento sócioespacial. As questões de autonomia serão tratadas de forma mais aprofundadas no terceiro capítulo, quando discutiremos o problema de pesquisa, ou seja, se a Praça da Matriz, a partir dos movimentos sociais, constitui um território dissidente, de autogestão.

Tendo discutido os principais processos envolvidos nas ações coletivas; cidadania, identidade e autonomia; passamos agora à análise dos movimentos sociais.

2.2 OS MOVIMENTOS SOCIAIS PROPRIAMENTE DITOS

Até o presente momento construímos a “base” das características que criam um movimento social. A partir do embasamento teórico podemos conceituar os movimentos sociais como a expressão manifesta da cidadania, identificada com causas próprias, lutando para a mudança da sociedade ou por garantia de direitos do homem, dos animais ou do meio ambiente. Porquanto, o movimento social deve ser interpretado como uma “instituição” que transcende a institucionalidade, ligando os indivíduos, de maneira simbólica, através da identidade. Desta forma, Gohn (2005, p. 30) aborda:

Entendemos a participação como um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica

desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova.

Referimos, então, o movimento social como a ação coletiva de um grupo organizado objetivando atingir mudanças no campo social por meio do embate político.

Neste contexto, podemos trazer os movimentos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), movimentos trabalhistas, movimentos ambientalistas, feministas, entre outros, como exemplo de “instituições” constituídas, não por força de lei, mas por força de identidade. Já delimitamos conceitualmente os movimentos sociais e ao analisá-los faremos a distinção entre sociedade civil e terceiro setor e posteriormente abordaremos os movimentos sociais antes da globalização e a partir da globalização.

2.2.1 Terceiro setor X Sociedade civil

Não é raro encontrarmos na literatura a confusão entre terceiro setor e sociedade civil que, muitas vezes, são tratados como sinônimos. Pretendemos esclarecer como devem ser considerados esses termos na presente pesquisa.

A noção de terceiro setor remete a uma condição mais legal, mais institucionalizada, as instituições filantrópicas se constituem como exemplo de um organismo vinculado ao terceiro setor. Cabral (2007, p. 30) disserta:

A designação Terceiro Setor aplica-se ao conjunto de iniciativas e organismos privados, baseados no trabalho associativo e voluntário, cuja orientação é determinada por valores expressos em uma missão e com atuação voltada ao atendimento de necessidades humanas, filantropia, direitos e garantias sociais.

Ainda como exemplo de terceiro setor, destacamos as OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) e a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

Quanto à sociedade civil é mais ampla, envolvendo o terceiro setor, mas não somente ele, diz respeito às manifestações de base, as ações coletivas e que não necessariamente são legalmente vinculadas ao poder público.

No Brasil o conceito de sociedade civil, ganha corpo durante a ditadura militar sendo caracterizado como todo e qualquer movimento que se opunha ao regime ditatorial em vigor no país. Conforme Gohn (2005, p. 71): “Um dos principais eixos articuladores da sociedade civil, naquele período, foi dado pela noção de autonomia: tratava-se de organizar-se independente do Estado”. Tal como a cidadania, a contextualização da sociedade civil altera-se conforme o tempo e espaço em que se insere, assim findo o regime militar e com abertura da economia o conceito entra em um período, digamos, de crise de identidade e reformulação, a organização agora não é pela redemocratização, mas sim pela ampliação de direitos, pela igualdade de gênero. Ainda com Gohn (2005, p. 71): “Portanto, ao longo dos anos 90, o campo da sociedade civil ampliou-se, na prática e nos discursos a seu respeito (...)”. A evolução do conceito, e da sua forma de abordagem, fundamenta a divisão dos movimentos em duas frentes, no período ditatorial e pós este período, como discutiremos a seguir.

2.2.2 Movimentos sociais durante a ditadura

Já explicitamos que os movimentos sociais têm sua origem no processo de dominação do homem sobre o espaço, o que ocorre desde o desenvolvimento da habilidade da escrita. De tal modo encontram-se ações coletivas no Brasil Colônia, Império e República (SILVA, 1996). No entanto, considerando o foco da pesquisa, traçaremos um panorama dos acontecimentos ocorridos a partir do período ditatorial no país.

Para compreender as ações desenvolvidas nesta época é necessária a contextualização do momento histórico. No ano de 1964, o presidente do país, João Goulart é deposto assumindo em seu lugar os militares. O Brasil “mergulha” em um período onde direitos políticos são cassados, a cultura é relegada ao segundo plano, a liberdade é cerceada, viveu-se uma fase muito triste da história da nação. Gohn (2003, p. 103) diz: “O período de 1964-74 corresponde à fase de grande repressão na sociedade brasileira, imposta pelo regime militar”. Apesar da repressão instaurada é neste momento que surgem e se organizam, na sociedade civil, em oposição ao regime ditatorial, grupos de esquerda, que organizam rebeliões, fazendo com que os movimentos sociais tomam as ruas.

Neste momento as ações sociais estão engajadas e focadas na luta pela restauração de um regime democrático, com a garantia dos direitos fundamentais do ser humano. No entanto durante o período do milagre brasileiro, na década de 70, os movimentos são minimizados, tendo em vista a promulgação do AI5, Ato Institucional nº 5, que cassa todo e qualquer direito do cidadão. Nas palavras de Gohn (2003, p. 105): “as massas populares em geral sofreram violento arrocho salarial, mas mantiveram-se caladas, na maioria dos casos, pois havia emprego, era extremamente perigoso se manifestar publicamente (..)”. As reivindicações ganham novo impulso no final da década de 70 e na década de 80, com a participação efetiva dos movimentos estudantis, sendo a UNE, União Nacional dos Estudantes, um dos principais expoentes nesta fase.

A partir da década de 80 o país passa por uma abertura política, a chamada abertura lenta, gradual e segura. Neste período a população vai às ruas, as pressões se ampliam, acabando por culminar com o fim da ditadura no de 1985, com eleição, indireta, para presidente, através do colégio eleitoral. Em 1988 com a promulgação da Constituição da República, a chamada Constituição Cidadã, foram marcadas a primeiras eleições diretas, pós-ditadura, para o ano de 1989 (SILVA, 1996). Neste momento os movimentos enfrentam uma “crise” passando por uma reformulação que abarca novas temáticas e novos campos de lutas e agendas, como veremos na seqüência, iniciando uma fase de reestruturação e de busca por novas identidades.

2.2.3 Movimentos sociais na atualidade

Durante os anos de ditadura a luta concentrava-se, de modo geral, no processo de redemocratização do país, desta forma durante o início da década de 90 os movimentos urbanos, perdem sua visibilidade tendo em vista a busca por novas agendas. Desta forma, o amplo enfoque dado pela mídia aos movimentos dos sem terra, acaba por gerar um quadro onde se pensa que não há mais organização da sociedade civil no meio urbano. Conforme Gohn (2005, p. 12-13):

Tudo isso tem levado a protestos e à retomada dos atos de pressão direta dos movimentos sociais urbanos, que haviam perdido visibilidade na grande mídia nos anos 90, dando a impressão de que os únicos sujeitos sociopolíticos que atuavam, de fato, como movimentos sociais, estavam no

campo, no rural, especialmente via ações do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

No início dos anos 90, o mundo passa por transformações profundas, com a queda do regime socialista na antiga URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) extingue-se a polaridade entre primeiro e segundo mundo. A agenda neoliberal permeia todas as nações iniciando o processo da globalização dos mercados, da informação, da cultura. O global, na teoria, supera o local, criando um estado de aparente homogeneidade mundial, contribuindo para a crise dos movimentos sociais.

Ao passar dos anos os sujeitos aprenderam com a democracia, as lutas e reivindicações se reestruturam a partir das novas agendas. Movimentos ambientais, lutas feministas, por moradia ou pela garantia dos direitos das minorias, engendram a nova dinâmica social. Como nova forma de manifestação destacamos, também, as redes de movimentos, sendo um expoente o FSM – Fórum Social Mundial - assim como outros fóruns e redes transnacionais de organizações. Tais espaços constituem-se como importante campo para a articulação das lutas por direitos humanos nas suas inúmeras dimensões sociais. Sobre a nova realidade do ativismo, Gohn (2005, p. 111):

Em suma, estamos vivendo um novo momento na trajetória do associativismo brasileiro. Os movimentos sociais voltaram a ter visibilidade e centralidade, como atores que pressionam por processos de mudança social. Eles também se transformam bastante, realizaram deslocamentos em suas identidades e incorporaram outras dimensões do pensar e agir social.

Complementando a afirmação da autora, nos dias atuais o território do movimento não necessariamente é a base física, pois levantes populares podem iniciar, e até mesmo ser concluso, no ambiente virtual, através da rede mundial de computadores, a Internet, onde se está em todos os lugares e ao mesmo tempo em lugar algum.

Hoje vivemos o tempo do multiculturalismo, da multiterritorialidade, o ativismo popular se faz cada vez mais presente, os espaços de poder estão pulverizados; Vivenciamos o protagonismo das massas como nunca. As práticas sociais contribuem para as mudanças necessárias ao tecido urbano, desta forma acreditamos ser de suma importância o estudo das relações entre os movimentos

sociais e os territórios, pois assim estamos construindo o espaço geográfico, ou seja, a interação do homem e o meio.

No próximo capítulo estudamos a área de estudo, inserindo os movimentos sociais no território, enquanto, no último capítulo, fizemos a análise da condição, da Praça Matriz, respondendo a ocorrência, ou não, de um território dissidente.

3 A ÁREA EM ESTUDO E SEUS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais necessitam de um território, seja físico ou virtual, para se efetivarem enquanto ação coletiva. Desta forma, pretendeu-se, neste capítulo, contextualizar o território, bem como inserir os movimentos na porção de espaço geográfico em estudo, qual seja a Praça da Matriz, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Pensamos que ao contextualizar uma determinada área é necessário estudarmos a formação do todo, ou seja, a constituição do município de Porto Alegre. Para isso realizamos um breve apanhado teórico do conceito de espaço geográfico com o conseqüente estudo do processo histórico de Porto Alegre.

O presente capítulo prestou-se, também, para traçar duas categorias de análise para a Praça da Matriz, que pode ser visualizada com o viés conceitual de território, e ou de lugar.

3.1 O ESPAÇO, A FORMAÇÃO DE PORTO ALEGRE E A PRAÇA DA MATRIZ

3.1.1 Considerações sobre espaço geográfico

A Geografia só se concretiza enquanto ciência no instante que define seu objeto de estudo, constituindo a sua epistemologia, ou seja, suas verdades. De tal sorte que a ciência geográfica possui como categoria de análise, o espaço.

O espaço geográfico deve ser entendido como a interrelação, indissociável, entre o homem e o meio. A sociedade se expressa no espaço geográfico, em um campo de relações sociais, políticas e econômicas que os sujeitos estabelecem entre si e deles com o espaço. Trazemos a definição de espaço de Santos (2009, p. 63):

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina.

O espaço geográfico, nesta perspectiva, é aquele que foi modificado pelo homem ao longo da história, que contém um tempo pretérito histórico e foi transformado pela sociedade, pela técnica e pela economia daqueles que habitaram ou habitam os diferentes lugares, ou seja, evidencia-se o espaço como o produto da história e do tempo.

3.1.2 Formação de Porto Alegre

A constituição e desenvolvimento de uma cidade é fruto do momento histórico que enseja sua formação. Portanto, Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, tem sua origem alicerçada no processo de conquista e expansão territorial de Portugal na América do Sul. Copstein (1973, p.22) afirma: “As coletividades geram instituições em respostas às necessidades humanas”. Logo, o tecido das cidades é fruto dos anseios de seus habitantes.

Nos primórdios, a região, onde se ergueu Porto Alegre, era habitada por povos indígenas; e no processo de colonização europeia, a totalidade do território do Rio Grande do Sul constituiu-se jurisdição da Espanha. Ao longo da história verificam-se inúmeras investidas de Portugal, visando o domínio de terras além dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas. Conseqüentemente a história da cidade se confunde com a própria história do Estado, sendo produto do momento histórico-cultural, econômico e social em tempos pretéritos. Nas palavras de Pesavento (1999, p. 9):

As origens de Porto Alegre mescla-se com o próprio processo de formação histórica do Rio Grande do Sul. Na Passagem do século XVII para o século XVIII, a descoberta de ouro no interior do Brasil, na zona das “Gerais”, motivou a demanda para o serviço das minas de animais para corte e tração. As grandes reservas de gado existentes no Rio Grande do Sul tornaram-se então um pólo de atração para bandos de tropeiros [...].

Observa-se o primeiro embrião do povoamento do Estado através dos bandeirantes. Considerando a suma importância do rebanho de gado para o período econômico e cultural em que se encontrava a colônia, a Coroa Portuguesa processa a distribuição de sesmarias com fins de estabelecimento de criatórios. Assim, Jerônimo de Ornellas recebe, em 1740, a sesmaria localizada às margens do Lago Guaíba (PESAVENTO, 1999). Nesta sesmaria, 32 anos mais tarde ocorreria a

fundação da cidade de Porto Alegre (OLIVEIRA, 1993). Observando a Figura 1, a seguir, verificamos que Porto Alegre, após sua fundação, consolida-se, principalmente, nas sesmarias de Jerônimo de Ornellas, Sebastião Francisco Chaves e Dionísio Mendes, limitando-se a leste com Viamão e a Oeste com o Lago Guaíba.



Figura 1 - Sesmarias

Fonte: <http://www.portoimagem.com/historia.html>, 2012

Na continuidade da política expansionista, engendrada por Portugal, desencadeia-se o processo de incentivo para a migração de casais açorianos com objetivo de povoar a região das Missões, que passara para o controle da colônia portuguesa através do Tratado de Madri. Desta forma, no ano de 1752 inicia-se o povoamento de Porto Alegre com 60 casais de açorianos, que devido ao lento processo de demarcação das terras, no Noroeste do Estado, fixaram-se no então Porto de Viamão (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2012). Conforme a contribuição de Pesavento (1999, p. 9):

Logo, contudo, o “Porto de Dornelles” recebeu novos moradores: os “Casais d’El Rei”, vindos de Açores para ocupar o território das Missões, que pelo Tratado de Madri em 1750 passara a ser propriedade de Portugal. [...] de modo que os açorianos acabaram provisoriamente “arranchados” à beira do Guaíba [...].

As lutas, entre portugueses e espanhóis, pelo território das Missões estendeu-se por anos, motivando migrações de casais açorianos desta região para o então Porto de Viamão. Este processo culmina com a fundação, do que hoje conhecemos como Porto Alegre, em 26 de março de 1772 com a criação da Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais, alterada no ano seguinte para Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre (PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2012).

E, desta maneira a história da cidade foi se constituindo. O desenvolvimento apresentado ao longo dos anos, de forma contínua, dependeu do momento técnico, científico e informacional em que a cidade se encontrava, no entanto, Porto Alegre permanece como um grande centro de acontecimentos políticos e culturais, sendo por muito tempo considerada a capital da cidadania e participação popular.

3.1.3 A Praça da Matriz

A Praça Marechal Deodoro, mais conhecida como Praça da Matriz, fato este explicado, possivelmente, pela presença da Igreja Matriz da Madre de Deus e posterior Catedral Metropolitana, constitui-se em um cenário de diversos eventos político-culturais de relevada importância para a história da cidade, do Estado e do País, sendo a sede dos três (ou quatro) poderes, executivo, legislativo, judiciário e por que não o religioso?

O território físico, ou seja, legalmente constituído, tem como localização atual o quadrante envolvente que compreende as Ruas Jerônimo Coelho, Duque de Caxias, Espírito Santo e o Largo da Legalidade, conforme Machado (2000, p. 45):

Limitada pelas ruas Duque de Caxias, cumeeira da colina - ao sul; Jerônimo Coelho - ao norte; J. A. Albuquerque, que tem como continuação a Espírito Santo - à leste; e rua sem nome - à oeste, o retângulo de 84 por 94 metros que corresponde ao seu espaço aberto não é plano: desenvolve-se em declive, da cota 35 à 30. Esculpida no meio da massa edificada, participa da história e da vida da cidade.

A figura 2 apresenta a imagem georreferenciada da praça e suas adjacências, bem como sua localização dentro do Município de Porto Alegre.

Mapa de localização da Praça Marechal Deodoro

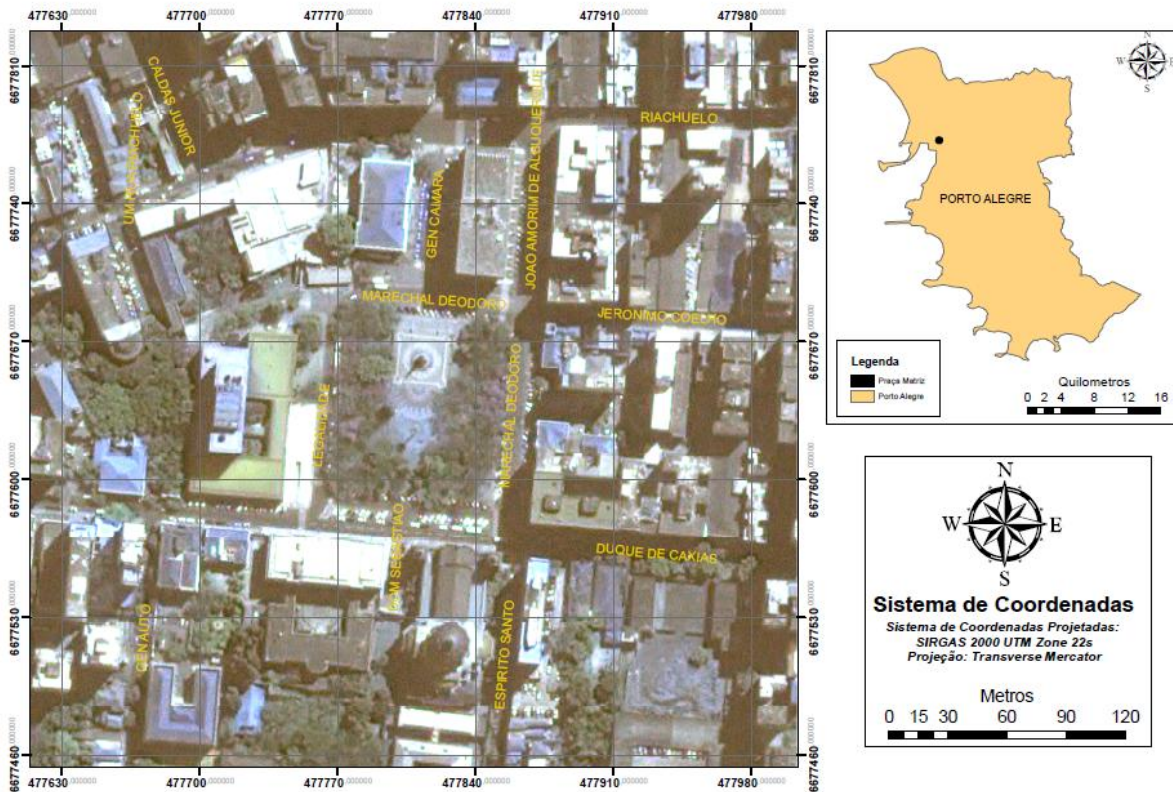


Figura 2 - Carta-Imagem da área em estudo georrefenciada
 Fonte: Imagem trabalhada pelo acadêmico Daniel de Oliveira Schmidt, 2012

A história da praça está intimamente conectada com a formação de Porto Alegre, uma vez que está localizada no centro histórico da cidade, onde efetivou-se o processo de povoamento da cidade. Os primeiros registros frente à localidade dizem respeito à existência de um cemitério, construído no ano de 1753 e enquanto praça no ano da fundação de Porto Alegre, 1772, com a denominação de Praça do Novo Lugar. Localizada, na chamada Cidade Alta ou Altos da Praia, o território foi considerado de suma importância para o Clero, que tinha o costume de construir as suas Igrejas nas regiões mais altas (MACHADO, 2000). Nesta região, por estar no topo do povoamento, constituíram-se núcleos residenciais nobres, segundo Franco (1998, p. 133):

Ainda nos tempos de Vila, é presumível que tenha sido, essa praça, o local de moradia mais nobre: em 1786, quando ainda quase todas as transações imobiliárias se referiam as casas cobertas de palha, aparece compra e venda na Praça da Matriz envolvendo “morada de casas cobertas de telha”[...].

Na figura 3, observa-se o traçado da cidade desenhado pelo Capitão Engenheiro Alexandre José Montanha, em julho de 1772, onde é possível identificar a região do Alto da Praia, ou seja, o local de construção da Praça da Matriz.

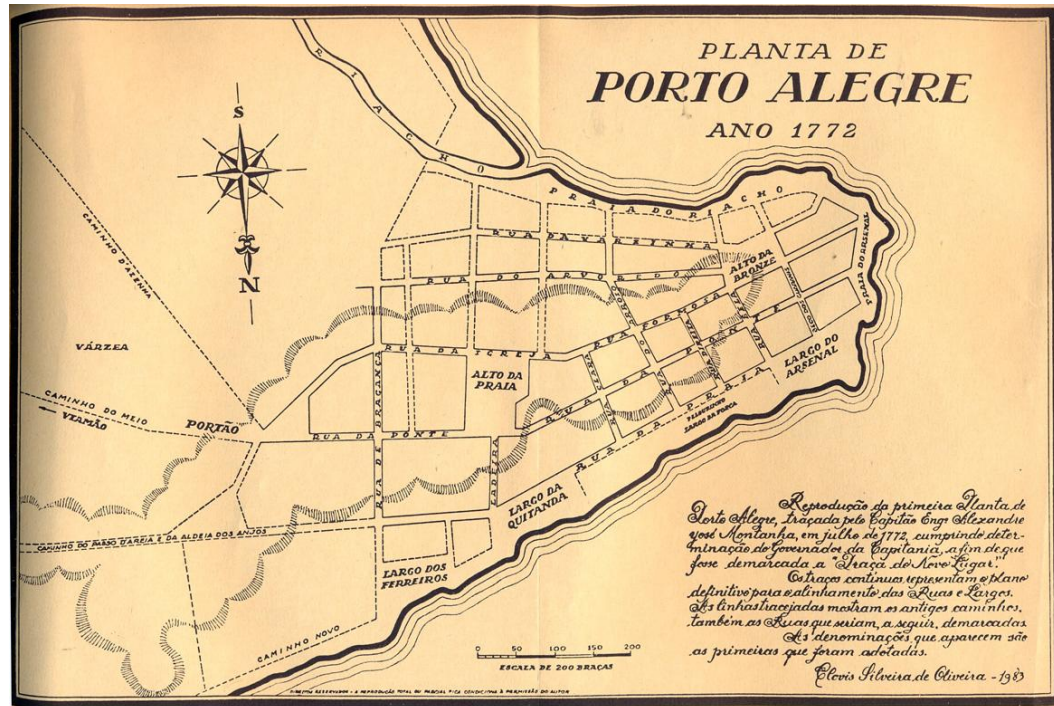


Figura 3 - Imagem da primeira planta de Porto Alegre
 Fonte: <http://www.portoimagem.com/historia.html>, 2012

Ao longo do tempo, o território passou por inúmeras construções e reformas que culminaram com o que hoje conhecemos. O primeiro setor a ser construído foi o sul, na atual Rua Duque de Caxias, uma hipótese, por nós levantada para este acontecimento diz respeito que é neste local onde é materializada a Igreja Matriz. No ano de 1789, é concluído o Palácio da Presidência, ao lado esquerdo da igreja, devido à transferência da sede do governo de Viamão para a ponta da península, esta construção deixou o local conhecido, neste momento, como Praça do Palácio da Presidência; ao seu lado, em 1790, são erguidos os prédios da Casa da Junta, Real Fazenda. A conexão com o sul da península se concretiza com a abertura, em 1817, da Rua Espírito Santo; conhecida à época como Beco do Cemitério. A face sul localizava-se, até a construção do Teatro São Pedro, na tangente da Rua Riachuelo (MACHADO, 2000). Na figura 4, observamos a Praça no ano de 1865, sendo considerada a foto mais antiga do local, onde ao fundo visualiza-se a antiga Igreja Matriz.



Figura 4 - Foto da praça no final do século XVIII
 Fonte: <http://www.portoimagem.com/fotos-ant1.html>, 2012

No continuar do processo histórico, encontramos registros que as obras de modernização foram interrompidas durante a Revolução Farroupilha (1835-1845), fazendo com que as obras do Teatro São Pedro, iniciadas no ano de 1833, fossem paralisadas (SILVA, 2006). Quando da inauguração do teatro, a praça passa a chamar-se de Dom Pedro II, em homenagem ao Imperador do Brasil, Dom Pedro II (FRANCO, 1998). Findo o interstício revolucionário, deflagrou-se o período que acreditamos ser o mais importante para a projeção do que encontramos hoje como Praça da Matriz, a partir da segunda metade do século XIX inicia-se o ajardinamento e embelezamento do local, conforme contribuição de Silva (2006, p. 91):

Com o fim do movimento dos Farrapos (1835-45) iniciaram as melhorias e o embelezamento da Praça: calçadas nos alinhamentos leste e oeste, construção de uma tribuna em frente da Matriz, pintura nas fachadas. [...] Poucos anos mais tarde, a área restante junto à atual Rua Duque de Caxias foi ocupada pela Hidráulica Porto-Alegrense cujo projeto é datado de 1864. Em 1878 iniciava a arborização e o ajardinamento foi completado em 1881, por iniciativa particular, justificando o interesse de se ter cuidado com a ante-sala do poder.

Na figura 5, visualizamos a fachada do Teatro São Pedro, resultado do movimento de embelezamento do lugar, no ano de 1910.



Figura 5 - Teatro São Pedro início do século XX
 Fonte: http://www.teatrosaopedro.com.br/tsp/galeria_pic_15#2, 2012

Observamos que o objetivo, ao longo da história, traçado para região era de consolidá-la no centro cívico e cultural de mais alta importância no Estado. Assim, no ano de 1894, o governo positivista de Júlio de Castilhos decide por construir um novo palácio da sede do governo estadual. Em um primeiro momento, o antigo sobrado, que servia de sede, fora demolido e o novo projeto, de autoria do engenheiro Afonso Hébert, iniciado em 27 de outubro de 1896 foi interrompido no ano de 1901 por falta de verbas. Na retomada das obras, em 1909, pouco se utilizou do projeto original, tendo em vista a contratação dos serviços do arquiteto francês Maurice Grass. A utilização do novo palácio só se concretizou em 1921, no entanto a construção foi considerada concluída apenas no ano de 1971. A sede do governo do Estado, por ato do Governador Ildo Meneghetti, foi denominado, em 1955, como Palácio Piratini, homenageando, assim, a primeira capital da República Rio-Grandense (FRANCO, 1998). Nas figuras 6 e 7 visualizamos o Palácio Piratini à época da sua inauguração (6) e em dias atuais (7).



Figura 6 - Palácio Piratini em 1971

Fonte: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/>, 2012



Figura 7 - Palácio Piratini nos dias atuais

Fonte: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/>, 2012

Portanto, abrigando, em seu quadrante, os três poderes (legislativo, judiciário e executivo) juntamente com o poder da Igreja, materializado na Catedral Metropolitana, a Praça da Matriz constitui-se no centro cívico da cidade. Desta maneira, o território foi e é palco de inúmeras manifestações, destacando-se as

políticas, sociais, das mulheres do campo, enfim, toda e qualquer manifestação pela justiça social e por garantia de direitos. Nas figuras 8 e 9, visualizamos o Palácio Farroupilha, sede do legislativo (8) e o Palácio da Justiça (9).



Figura 8 - Palácio Farroupilha – sede do poder legislativo
Fonte: Autor, 2012



Figura 9 - Palácio Justiça – sede do poder judiciário
Fonte: Autor, 2012

3.2 PRAÇA DA MATRIZ: TERRITÓRIO E LUGAR

O espaço geográfico é a representação do todo, através do sistema de objetos e do sistema de ações. Território e lugar formam-se a partir do espaço. Conforme Raffestin (1980, p. 143): “É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático.”. Assim, o espaço é a totalidade e o território a categoria de análise. Da mesma forma, o lugar surgirá após o espaço. Neste sub-capítulo, aplicamos tais categorias de análise à Praça da Matriz, pois pensamos que conforme a relação que estabelecermos com o espaço ora estudado este será ou um território, ou um lugar, ou ao mesmo tempo território e lugar.

3.2.1 O território

O conceito de território não é natural e perpassa por toda a história da ciência geográfica. Tal conceito é caro, não somente à geografia quanto para as demais ciências sociais, tendo inúmeras conotações e significados, sendo abordado conforme a metodologia a ser adotada, porém a noção de território-propriedade é a mais difundida para conceituação. Conforme Haesbaert (2011, p. 87): “As formas mais familiares de territorialidade humana são os territórios juridicamente reconhecidos, a começar pela propriedade privada da terra, mas a territorialidade se manifesta também em diversos outros contextos sociais.”. Neste sentido, a concepção mais difundida de território, na visão geográfica, é a de uma divisão administrativa; através das relações de poder, criam-se fronteiras entre regiões, países e até mesmo entre bairros.

É possível depreender que o território se constituirá a partir de uma ação e desde os primórdios ele nos remete a noção de poder, a noção de um espaço delimitado por e a partir de relações de poder. A ação humana sobre o espaço constituirá o território, ou seja, a territorialização do grupo social.

O território, em uma análise completa, não pode ser considerado apenas sob o viés de um espaço juridicamente delimitado. No entanto, é objeto, nesta pesquisa, mostrar as diversas percepções, em diferentes momentos e

situações, da sociedade frente à Praça da Matriz, portanto utilizamos-nos da definição de espaço demarcado ao tratarmos de território.

Trabalhando com o paralelo de território e lugar, realizamos, entre os dias 10 e 15 de outubro, uma pesquisa com o objetivo de verificar se os cidadãos transeuntes possuem a visão da praça com o conceito de território delimitado. Da mesma forma, foram realizadas pesquisas com manifestantes de movimentos sociais, para que pudéssemos observar as diferentes conotações para a área em estudo, sendo que estes resultados foram abordados e discutidos quando tratou-se de lugar.

Para que a pesquisa surtisse os resultados desejados, foi necessário quantificar alguns dados. Assim, determinamos a população, da pesquisa, como sendo os habitantes de Porto Alegre, que possui oficialmente 1.409.351 habitantes dos quais 653.787 homens (47%) e 755.564 mulheres (53%) (IBGE, 2010). A partir da população definimos a amostra composta por 100 indivíduos sendo 47 homens e 53 mulheres, ou seja, 47% e 53% respectivamente, contemplando desta maneira a proporção entre homens e mulheres em relação ao total da população do município de Porto Alegre. O questionário aplicado é do tipo estruturado composto por cinco questões, sendo as perguntas e os resultados os que seguem.

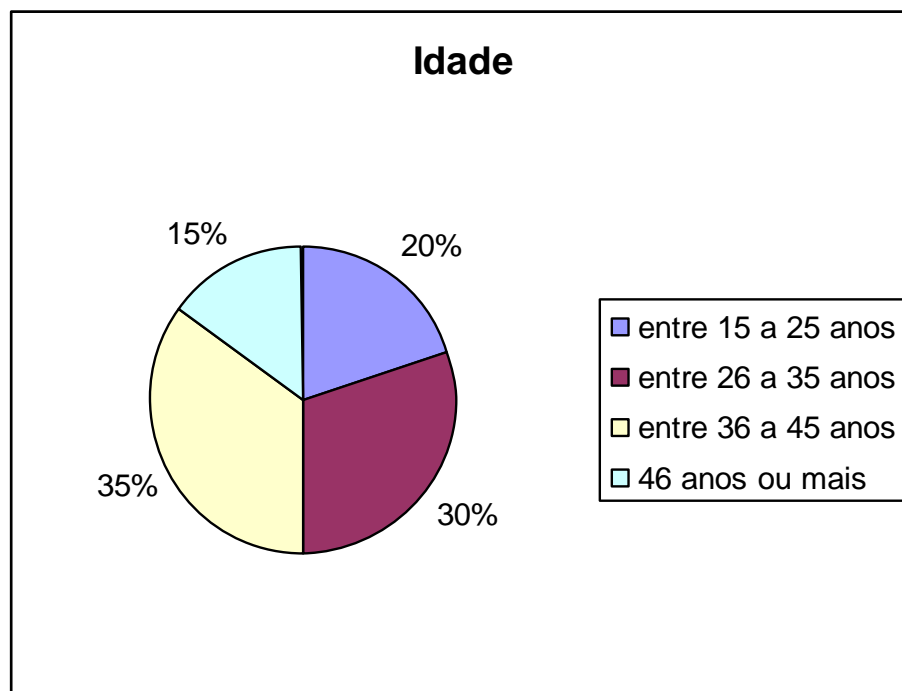


Gráfico 1 - Composição da amostra por idade
Fonte: Autor, 2012

O levantamento, por idade, da amostra, traz um elevado percentual de pessoas enquadradas como adolescentes e adultos jovens, apresentando 85% do entrevistados na faixa entre 15 a 45 anos. Desta forma, devemos ressaltar que estes dados, considerando a idade, não podem ser considerados como representativos do todo, uma vez que a população, de Porto Alegre, considerando homens e mulheres, nesta faixa etária somam cerca de 53,8% (IBGE, 2010). Acreditamos que a característica da idade seja explicada pela natureza dos entrevistados, qual seja transeuntes, que em sua maioria compõem uma classe de trabalhadores vinculada aos órgãos públicos e ao comércio central, assim como de estudantes de escolas vizinhas à área.

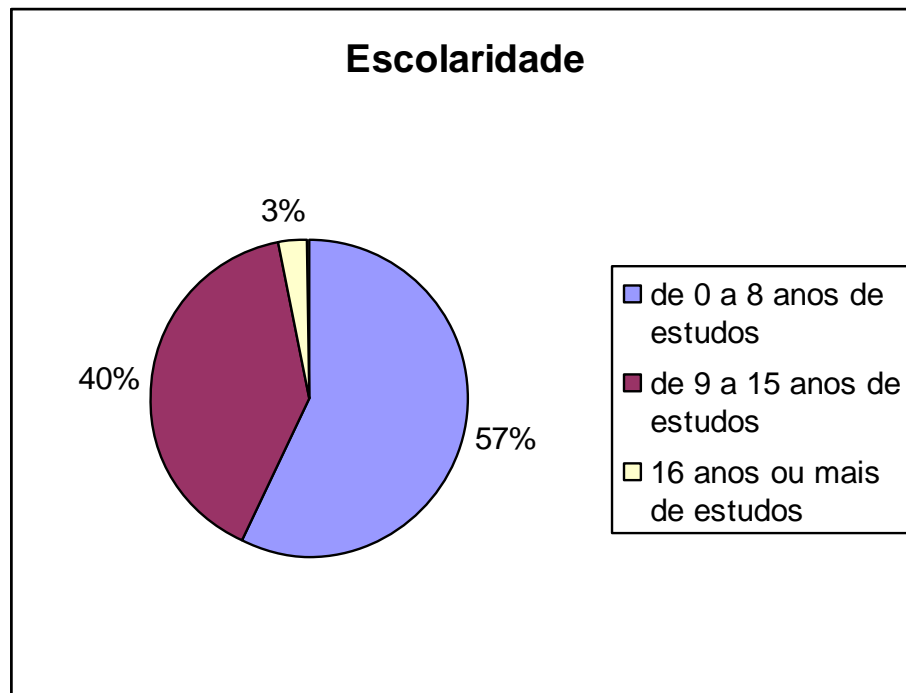


Gráfico 2 - Composição da amostra por escolaridade
Fonte: Autor, 2012

Os resultados obtidos para a escolaridade permitem inferir que 50% dos entrevistados possuem ao menos o ensino fundamental completo e da mesma forma projetamos que 3% são possuidores de pós-graduação. Consideramos os dados de escolaridade como de máxima relevância e que podem refletir no padrão de resposta para as questões referentes à imagem, que a população possui inculcida em suas vivências, do que é Praça da Matriz enquanto imaginário social, como vimos nos próximos resultados.

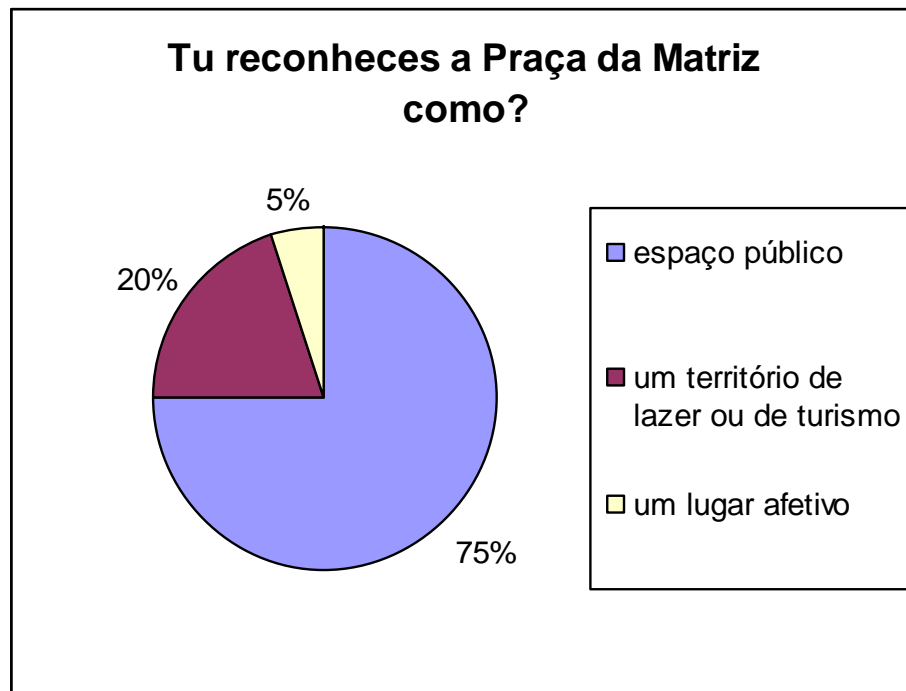


Gráfico 3 - Percepção frente à Praça
Fonte: Autor, 2012

Ao realizarmos pesquisas sobre diversos pontos ou lugares da cidade os dados obtidos colaboram para interpretar a compreensão e o imaginário que a sociedade possui acerca do território que a circunda. Desta forma, o questionamento referente a como reconhecem a praça, aplicado aos indivíduos, nos mostra um padrão de percepção do que é a Praça da Matriz, o qual tende a ser seguido pela população.

Neste questionamento, obtivemos 75% afirmando que visualizam a praça como um espaço público. Este elevado percentual contribui para com a hipótese que trabalhamos, ou seja, o território pode passar a uma condição de lugar afetivo no instante de um manifesto social. Assim, ao realizarmos a mesma pesquisa durante um movimento, por exemplo, do CPERS, Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, realizado junto ao território em estudo, nossas estatísticas se alteram, pois naquele momento o território se constituiu um lugar, considerando as ideologias, as semelhanças identitárias entre os manifestantes que construíram um laço de afeto em torno de um bem comum. Por conseguinte, o território se torna um lugar enquanto durar a ação do grupo manifestante. Colaborando com a nossa discussão trazemos Mafessoli (1998, p.195): “o tribalismo de que tratamos pode ser perfeitamente efêmero, e se organiza conforme as ocasiões que se apresentam. (...), ele se esgota na ação.”.

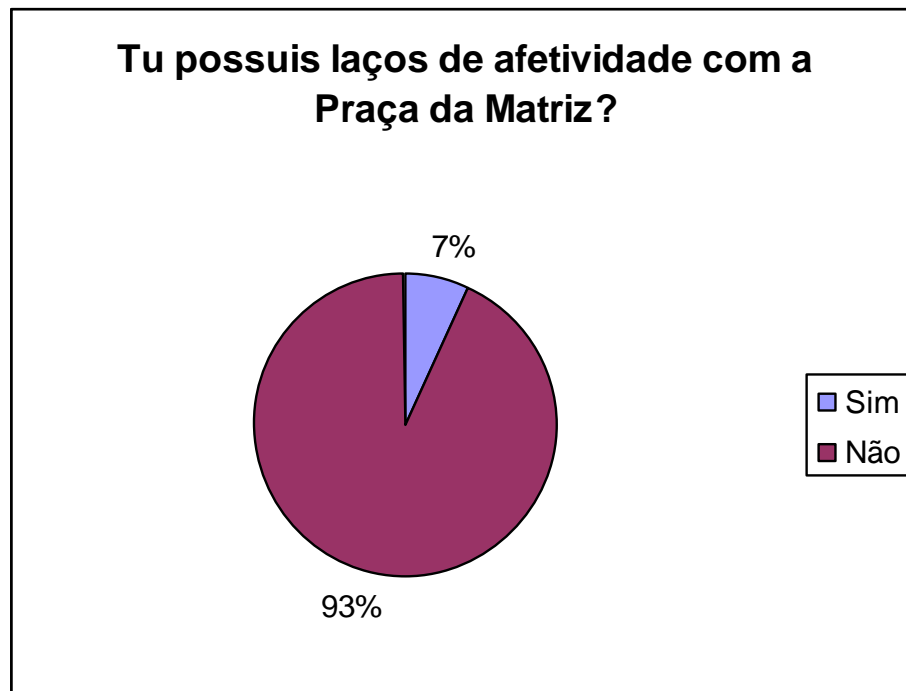


Gráfico 4 - Laços de afetividade
Fonte: Autor, 2012

Ainda sobre a percepção, nos chama a atenção, ao cruzarmos os dados com a escolaridade, os 5% que afirmaram ser o território um lugar afetivo, pois 60% destas respostas encontram-se no grupo com mais de 16 anos de estudos e os demais 40% na faixa de 9 a 15 anos de estudo. Este cruzamento nos permite algumas indagações: dificuldade na pergunta para os de menor grau de instrução? Tais indivíduos participam ou participaram de algum movimento social neste território? Ou estes possuem algum laço simbólico com a praça?

Pensamos que tal pesquisa pode ser aprofundada, mais detalhada, abrangendo um maior número de entrevistados, porém nosso objetivo foi atingido no momento que verificamos um significativo contingente, citando a praça como um espaço público, de tal sorte que para grande parcela dos cidadãos, não envolvidos em manifestos, a Praça da Matriz é um território legalmente constituído e delimitado pelo poder público. No próximo sub-capítulo tratamos o território como um lugar, trazendo a pesquisa realizada com manifestantes de movimentos sociais.

3.2.2 O lugar

Com as mais novas correntes geográficas, como a geografia humanística e a geografia marxista, o conceito de lugar ganhou nova dimensão

fugindo do senso comum devido ao seu redimensionamento. Em sua nova visão, o lugar adquire uma abrangência de significados, deixando de ser entendido apenas como um espaço produzido, ao longo do tempo, pela natureza e pelo homem, para ser compreendido como uma construção única, singular, carregada de simbolismo e agregando idéias e sentidos produzidos por aqueles que o habitam. O lugar, desta maneira, é a expressão da subjetividade dos atores sociais.

Portanto, é a partir da simbologia dos territórios que devemos traçar o lugar, a efemeridade, a relação identitária instantânea. Conforme Massey (2005, p.25):

E, assim, existe “lugar”. No contexto de um mundo que é, certamente, cada vez mais interconectado, a noção de lugar (geralmente citado como “lugar local”) adquiriu uma ressonância totêmica. Seu valor simbólico é, incessantemente, mobilizado em argumentos políticos. Para alguns, é esfera do cotidiano, de práticas reais e valorizadas, a fonte geográfica de significado, vital como ponto de apoio, enquanto “o global” tece suas teias, cada vez mais poderosas e alienantes. Para outros, “um refúgio no lugar” representa a proteção de pontes levadiças e a construção de muralhas contra as novas invasões.

O lugar envolve laços afetivos, sentimento de pertencimento e pode existir hoje e no futuro já não mais, pois é a relação humana com o território que cria o lugar. Haesbaert (2002, p.138) afirma:

Lugar, por fim, além de envolver características mais subjetivas, na relação dos homens com o seu espaço, em geral implica também processos de identificação, relações de identidade. Muitos autores fora da Geografia têm utilizado a noção de lugar na sua interpretação da sociedade contemporânea.

Logo, o conceito de lugar amplia-se drasticamente frente às novas visões desenvolvidas por aqueles que o estudam sobre as perspectivas marxistas e humanísticas da geografia recente. Assim, o lugar expressa singularidade e globalidade, e materializa a construção de identidades individuais e coletivas, pois o lugar passa a representar muito mais do que um espaço que circunda o corpo.

Seguindo pelo caminho traçado ao tratarmos a praça como um território, realizamos entre os dias 10 e 17 de outubro, uma pesquisa com o objetivo de verificar como os ativistas sociais percebem a Praça da Matriz. Desta forma aplicamos um questionário semi-estruturado a 100 indivíduos que participam, ou participaram, de movimentos ou reivindicações junto à praça. Ao iniciarmos foi

preciso delimitar e quantificar a nossa população. Presume-se que a população a ser considerada deveria ser a do Estado do Rio Grande do Sul, uma vez que há manifestantes de diversas cidades, no entanto consideramos inviável construir a amostra a partir da população do Estado, portanto neste levantamento considerou-se a população de Porto Alegre, que possui oficialmente 1.409.351 habitantes dos quais 653.787 homens e 755.564 mulheres (IBGE, 2012). Sendo a amostra dividida em 47 homens (47%) e 53 mulheres (53%). Cabe ressaltar que os questionários foram aplicados a funcionários pertencentes a FADERS, Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PPDs e PPAHs no RS, a professores do estado ligados ao CPERS e para manifestantes da agenda ambiental.

A seguir apresentamos os dados obtidos em forma de gráficos, para as perguntas estruturadas, logo após traçamos as considerações acerca dos resultados, bem como a avaliação do questionamento subjetivo.

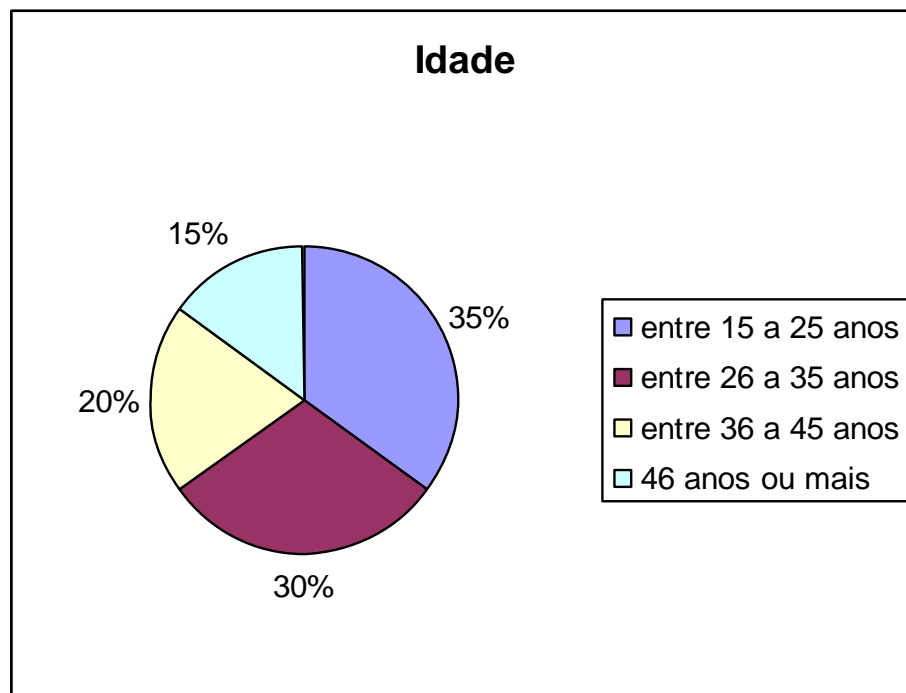


Gráfico 5 - Composição da amostra, de manifestantes, por idade
Fonte: Autor, 2012

Começamos por analisar a faixa etária dos envolvidos em movimentos sociais. Nos mostra interessante o resultado de que um número superior a 50%, da amostra, encontra-se na faixa de 45 anos para baixo, ou ainda, mais surpreendente que 35% enquadram-se na faixa etária de 15 a 25 anos. Pensamos que tal fenômeno possa ser explicado considerando que os cidadãos acima desta faixa

vivenciaram um período ditatorial no Brasil, onde não podia manifestar-se, as subjetividades foram formadas a partir da visão de que qualquer manifestação não é condizente com “homens de bem”, este processo pode refletir no presente, pois muitas e muitas vezes ouvimos, dos mais velhos, que participar ativamente na sociedade é uma transgressão, um vandalismo.

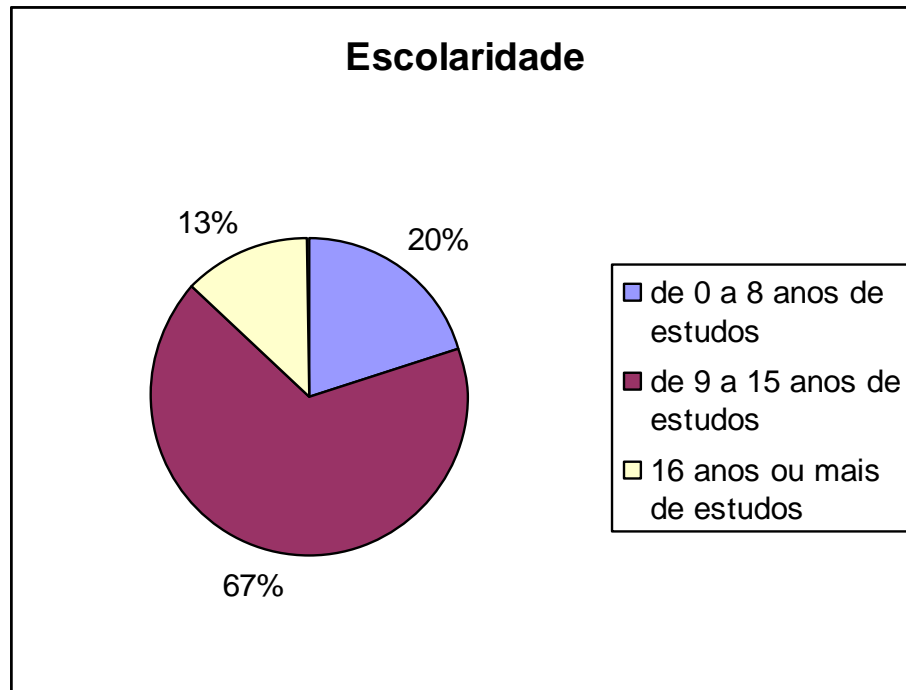


Gráfico 6 - Composição da amostra, de manifestantes, por escolaridade
Fonte: Autor, 2012

Interessante avaliar o elevado grau de instrução dos agentes envolvidos em manifestos sociais, onde a amostra apresenta 80%, do entrevistados, possuindo nove anos ou mais de estudos. A sociedade brasileira, apesar de democrática, não privilegia o embate, a troca de idéias, o contraditório. O questionar muitas vezes não é estimulado, ou seja, só participará quem possuir um nível de instrução que supere a falta de iniciativa por parte do Estado. Tais aspectos aliados com a característica histórica do cidadão brasileiro de não participar ativamente das causas sociais, pode ser considerada como hipótese explicativa para o resultado de escolaridade encontrados na amostra, uma vez que, a participação efetiva, em sua maioria, será realizada pelas camadas mais escolarizadas que não concordam com a característica populista do estado Brasileiro.

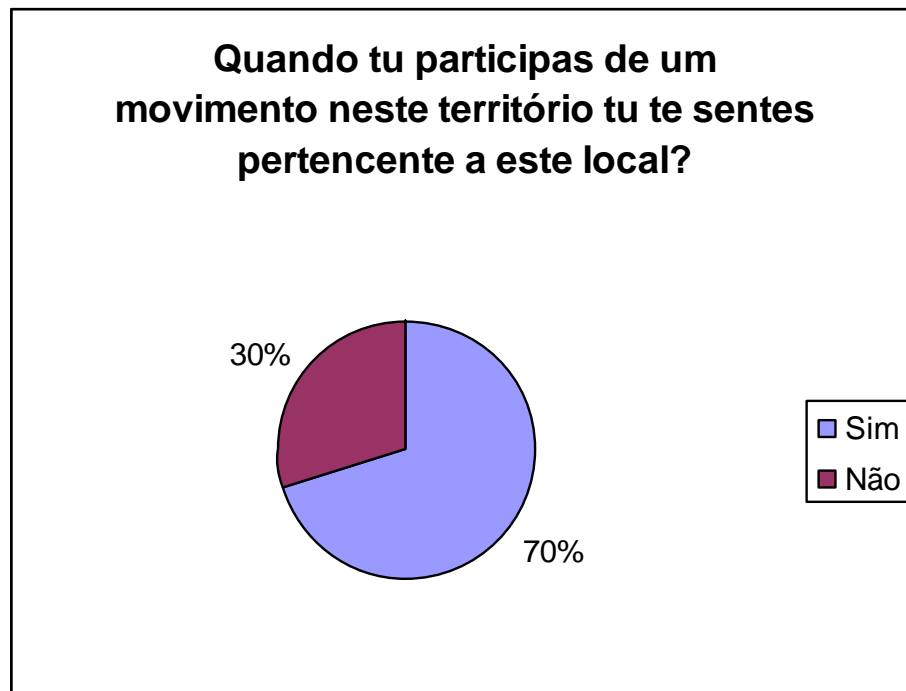


Gráfico 7 - Composição da amostra por sentimento de pertencimento
Fonte: Autor, 2012

O sentimento de pertencimento, quando da realização de um manifesto, nos apresenta um denso e consistente quantitativo de 70% afirmando que se sentem pertencentes à praça e que nos remete a expressão de simbologia onde 80% acreditam que o território é simbólico. Trazemos algumas considerações sobre o simbólico, pois o lugar construído a partir da manifestação popular, junto à Praça da Matriz, não é concreto, é momentâneo, permanecendo enquanto existir o movimento social em questão, como podemos observar ao compararmos os dois questionários, assim conforme Mafessoli (1998, p. 82-83):

Neste sentido há múltiplos exemplos, que podem ser mais paroxísticos ou mais anódios, porém em contrapartida o que todos eles sublinham é que existe, *strictu sensu*, uma experiência “ex-tática” que fundamenta esse estar-junto em movimento que é uma massa revolucionária ou política. Experiência que, naturalmente, tem muito pouco que ver com a lógica do projeto. Dessa maneira, como quer que possa parecer, a energia causa o efeito do simbolismo societal, pode ser designada como uma espécie de centralidade subterrânea que se reencontra constantemente, tanto nas histórias de todo mundo, como naquelas que pontuam a vida comum.

Verificamos nas experiências ativistas o sentimento de pertencimento dos manifestantes para com o coletivo, sentimento este que, como verificado nas palavras de Mafessoli, justifica o estar junto. O simbolismo nos remete para o próximo questionamento, afinal a Praça da Matriz é ou não um espaço simbólico.

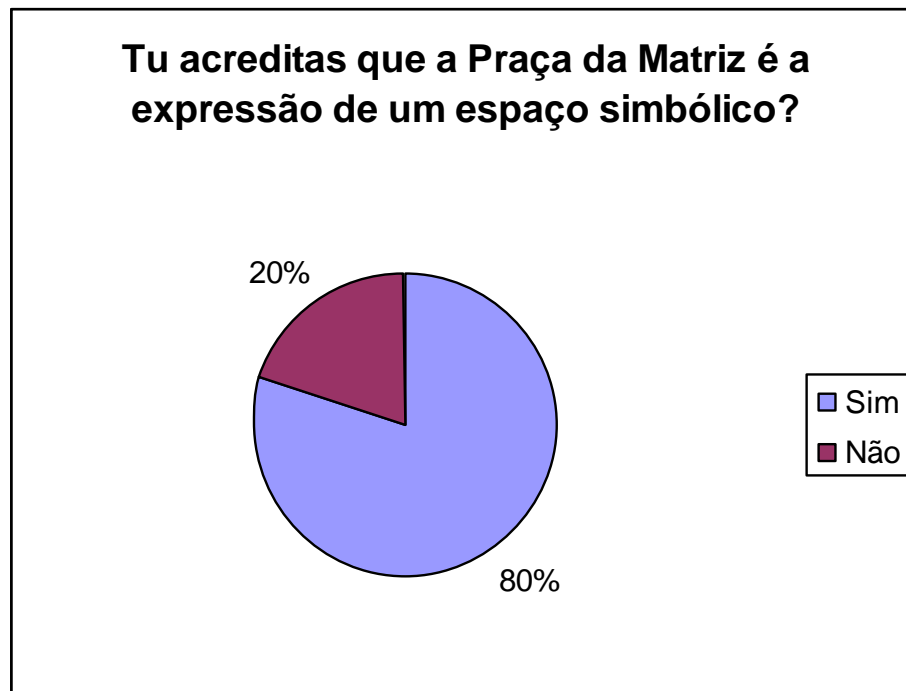


Gráfico 8 - Composição da amostra, de manifestantes, por reconhecimento
Fonte: Autor, 2012

Os símbolos que ligam a sociedade estão presentes ao longo do espaço e do tempo e conectam o passado ao presente, desta forma todo o imaginário, do passado, é reproduzido hoje nas memórias afetivas dos cidadãos para afirmarem que a Praça da Matriz é um espaço simbólico. Castoriadis (1982, p. 142) afirma:

Uma organização dada da economia, um sistema de direito, um poder instituído, uma religião existem socialmente como sistemas simbólicos sancionados. Elas consistem em ligar a símbolos (a significantes) significados (representações, ordens, injunções ou incitações para fazer ou não fazer, conseqüências. – significações, no sentido amplo do termo) e fazê-lo valer como tais, ou seja, a tornar esta ligação mais ou menos forçosa para a sociedade ou o grupo considerado.

Desta forma, a Praça da Matriz, como sede dos poderes do Estado do Rio Grande do Sul, é um conjunto de símbolos que subjetivamente atua na construção das identidades dos indivíduos que participam de manifestos sociais e que se apropriam deste espaço como um território para as insurgências individuais e coletivas.

Por fim, o questionário apresentou, também, a seguinte pergunta de resposta livre: Por que, em sua opinião, a Praça da Matriz é local historicamente predisposto à realização de manifestações sociais? As respostas a esta indagação

obtiveram um padrão observado em toda a amostra. A totalidade dos entrevistados afirmam que os movimentos e pressões sociais se materializam neste território, pois este circunscreve o centro de poder do Estado. Ressaltamos, ainda, um número significativo de participantes citando, de diversas maneiras, que a Praça da Matriz exprime um espaço simbólico e de memórias afetivas de movimentos sociais pretéritos.

3.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA PRAÇA DA MATRIZ

Ao término de delimitarmos o território em estudo, bem como abordar duas distintas categorias de análise para a Praça da Matriz, trazemos neste momento um breve apanhado dos movimentos sociais, nesta porção de espaço, ao longo da história.

É sabido que desde seus primórdios a Praça da Matriz constituiu-se no centro cívico, político e administrativo do Estado, levando a realização de diversas manifestações sociais em seu território, práticas espaciais que podem refletir em transformações da realidade sócio-espacial da cidade. Com a contribuição de Silva (2006, p. 94):

[...] a Praça Marechal Deodoro, foi palco de vários acontecimentos políticos de alto significado ao longo dos tempos: o pronunciamento militar dos Mena Barreto em 19/06/1823, em solidariedade a Pedro I; a deposição de Júlio de Castilhos em 11/11/1891, e seu retorno o poder 17/06/1892; a campanha da legalidade constitucional em agosto de 1961.

É de suma importância à abordagem da Campanha da Legalidade, tendo em vista que este movimento “nasceu” no Estado e por iniciativa do governo e não da insurgência. Nas palavras de Silva (2011, p. 62):

O dia 28 de agosto de 1961 está fadado a entrar na história. A Praça da Matriz, em Porto Alegre, fica entupida de gente. A Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul (FEURGS) mobiliza jovens da medicina, da engenharia, da veterinária, do direito, de tudo um pouco.

E assim, ao longo da história foram se sucedendo diversos movimentos sociais na Praça da Matriz. Atualmente, uma gama de novas agendas se encontram neste território para protestar, sejam elas ambientais, de gênero ou de luta pela

moradia, ou até mesmo para solicitarem voz nas decisões governamentais, como no episódio OcupaPOA, que será discutido na seqüência. No próximo capítulo, tendo em vista a conclusão da análise dos movimentos sociais e do território, realizamos a discussão se a praça constitui-se em um território dissidente e em um espaço de relações de poder.

4 PRAÇA DA MATRIZ: UM TERRITÓRIO DISSIDENTE?

Ao longo dos dois capítulos iniciais, realizamos o estudo e delimitação do que são movimentos sociais, bem como a análise da porção de espaço em estudo, qual seja a Praça da Matriz. Neste capítulo, é traçado como objetivo, a junção dos iniciais, ou seja, inserimos os movimentos sociais no território para refletir se a prática espacial estudada transforma a Praça da Matriz em um território dissidente. Discutimos, da mesma forma, este território enquanto um espaço de poder.

4.1 A SOCIEDADE AUTÔNOMA

Ao longo do primeiro capítulo traçamos em linhas gerais o processo de autonomia como pressuposto para a participação ativa em movimentos sociais. Todavia o processo autônomo encontra-se intrinsecamente relacionado à constituição de territórios dissidentes, portanto faz-se aqui um aprofundamento teórico e conceitual sobre as práticas autônomas enquanto agente para a formação de uma sociedade libertária.

A autonomia, no contexto da presente pesquisa, é entendida como a ferramenta para a construção de um projeto político, visando à instituição de uma sociedade autônoma. Esta por sua vez, deve ser compreendida no processo de promulgação de leis e instrumentos pela coletividade, onde todas as individualidades possuem o direito à participação igualitária na formulação do regramento jurídico e social. A participação individualizada e consciente emerge da autonomia individual, ou seja, cada indivíduo, agindo para estabelecer fins e princípios norteadores para a sua existência, perseguindo-os com igualdade de condições com os demais indivíduos.

O projeto de autonomia coletiva é a oposição ao projeto de heteronomia. É válido trazeremos a significação de heteronomia, assim com a contribuição de Souza (2006, p. 70):

Para dizê-lo de outra maneira, a heteronomia se instala quando as leis e normas com base nas quais uma sociedade é, direta ou indiretamente, governada e organizada, são deliberadas não pelo conjunto dos indivíduos pertencentes a essa sociedade, de maneira tão lúcida e bem informada

quanto possível, mas sim impingidas na base da opressão interna, da opressão externa e/ou “divinizadas” ou “naturalizadas” (sendo que a “divinização” e a “naturalização” costumam servir à opressão interna ou externa, ou ambas de uma só vez).

Depreende-se que o processo de heteronomia são as restrições impostas à livre participação política e às peculiaridades individuais. Ainda com Souza (2006, p. 70): “A heteronomia é, sempre, alienação política de uma parte da população, consentida ou arrancada a força”.

Nesta perspectiva, a sociedade autônoma é a que combate as relações de poder que praticam a discriminação, subordinação ou exclusão de qualquer indivíduo, portanto podemos citar como relações heterônomas, o machismo, homofobia, racismo. A construção de uma sociedade realmente autônoma só é possível se seus indivíduos reconhecerem que sua liberdade é dependente da liberdade de seu semelhante.

A sociedade autônoma, para sua materialização no espaço, deve fazer uma crítica das espacialidades então existentes, desta forma observamos que esta sociedade é anti-capitalista e anti-estatal, por conseguinte tem na busca pela autogestão sua bandeira de luta, lutando pela autogestão política, cultural e econômica. A experiência autonomista possibilitaria um novo arranjo territorial no espaço das bases produtivas, dos centros de tomada de decisão, enfim uma nova configuração geográfica. Por fim, uma sociedade realmente autônoma só se efetivará a partir da autogestão, ou seja, se não repetir dentro de sua estrutura as relações hierárquicas que ela critica.

4.1.1 A autonomia nos movimentos sociais

Os movimentos sociais, como observado ao longo desta pesquisa, são uma prática espacial de suma importância para as transformações das estruturas então existentes no território, pois atuam de maneira ativa frente ao poder legalmente investido. Souza (2006, p.273) afirma:

A sociedade civil, reivindicando e, mais além, opondo-se ao planejamento e a gestão conservadores, é um importantíssimo agente modelador do espaço urbano, capaz de protagonizar resistências e pressões que abrem caminho para ganhos de autonomia hic et nunc e podem ajudar a preparar uma futura ultrapassagem da sociedade heterônoma.

Através das afirmações de Souza, é possível compreender que os movimentos sociais constituem-se como instituições que estão a caminho da autonomia e a sua efetividade pode contribuir, utopicamente, para no horizonte visualizarmos, de fato, uma sociedade que supere as características de heteronomia.

No entanto, os movimentos sociais insurgentes são instituições que perpassam o regramento jurídico instaurado, portanto estão permeados por poder. Cabe ressaltar que o poder inserido no ativismo social, apesar de estes não constituírem, *stricto sensu*, uma sociedade caracterizada pela autonomia, é de natureza autônoma, uma vez que difere daquele “entregue” a um representante através do voto, em democracias, ou através da imposição nas ditaduras, pois nasce das insurgências. Souza (2006, p.93) traz:

[...] de um ponto de vista autonomista, são essas experiências de mobilização e organização populares protagonizadas por movimentos sociais, entre os quais, na América Latina contemporânea, sobressaem os piqueteros argentinos (assim como os zapatistas mexicanos), para quem a palavra autonomia tem assumido um significado central [...].

Os movimentos sociais insurgentes, como observamos, estão carregados da intencionalidade de atingir um estado autônomo, ou seja, de superar a heteronomia presente nas relações sociais. Com as palavras de Souza, podemos verificar que um breve olhar geográfico sobre o mundo nos possibilita encontrar exemplos de práticas espaciais insurgentes disseminadas pelo globo.

Portanto, os movimentos sociais insurgentes, estão no processo de construção de seu estado autônomo. É deveras importante citarmos as classificações de insurgências, ou seja, como os movimentos podem ser materializados enquanto ação no território. Assim, encontramos movimentos violentos ou não violentos; duráveis ou efêmeros; políticos ou culturais; ruidosos ou silenciosos; abertos ou escondidos; local ou supralocal (SOUZA, 2010). Um movimento social não necessariamente se enquadra em apenas uma categoria, podendo ser analisado sobre a ótica de duas ou mais classificações. Desta forma, as práticas espaciais, em sua maioria, são heterogêneas, ou seja, podemos encontrar um movimento social violento e cultural, ou ainda aberto e durável. Acima de qualquer classificação necessitamos compreender que o espaço é parte fundamental para as experiências insurgentes, sem ele os movimentos sociais

estariam restritos ao campo teórico surtindo pouco, ou talvez nenhum tipo de transformação na realidade sócio-espacial.

4.1.2 Movimentos sociais, territórios dissidentes e a Praça da Matriz

O presente capítulo, até então, delimitou a sociedade autônoma e o processo de autonomia nos movimentos sociais insurgentes. Neste momento, estudamos a constituição dos territórios dissidentes a partir do processo de autonomia.

Como explicitado nos capítulos iniciais, nenhum movimento social é desvinculado de um território, seja este físico ou virtual, de tal forma que conforme a natureza, da ação coletiva, estamos na presença de território dissidente.

As práticas espaciais, exercidas com autonomia individual, ou seja, com cada agente envolvido compreendendo o alcance de sua liberdade, e acima de tudo sem a constituição de leis instituídas de cima para baixo, constituem um território dissidente, como definido por Souza (2010), ou como alguns autores determinam como *liberated zones*, ou traduzindo zonas liberais.

Territórios dissidentes, neste contexto, são a territorialização de uma prática social desvinculada da ação estatal, assim como espaços de educação alternativos. Souza (2010, p. 24):

Centros sociais (*social centres*) são, juntamente com os muitos tipos de territórios dissidentes, um tipo de “heterotopia”, para empregar o interessante e vago termo proposto por Foucault (2006) – mais especificamente, um tipo que se poderia chamar de “heterotopia emancipatória”.

Por conseguinte, entendemos o território dissidente como um modelo de heterotopia; desmembrando este conceito encontramos heteros (o outro) e topia (lugar ou espaço), ou seja, em uma tradução simplista, chamamos este espaço de outro lugar, o contrário do espaço do mesmo definido pela sociedade ocidental como o modelo a ser adotado. É incutido em nossas vivências, subjetividades e memórias afetivas que o espaço vivido deve ser o espaço do mesmo, o espaço das relações de poder desigual, onde existam subordinador e subordinado com relações assimétricas. Marcelo Lopes de Souza utiliza-se, do conceito de Foucault, para delimitar o seu conceito de território dissidente, uma vez que este é o outro lugar

definido na heterotopia, mais ainda, Souza traz a voga à emancipação, qual seja o rompimento das relações de poder arbitrário, imposto, desleal. Verificamos, com Souza (2010, p.24) a exemplificação de territórios dissidentes:

Em contraste com os “centros comunitários” (“community centres”), expressão utilizada para designar espaços e atividades conduzidas ou sancionadas pelo aparelho de Estado ou por organizações privadas, os centros sociais são independentes do Estado e se opõem ao status quo capitalista. Tipicamente, eles desenvolvem varias modalidades de atividades não lucrativas (como festas, reuniões, cursos, exposições etc.), e as pessoas que com eles colaboram o fazem de maneira voluntária.

Os lugares que reproduzam práticas espaciais autônomas, vinculadas ao processo de autogestão, à margem do aparato estatal transformarão o espaço em um território dissidente, com práticas insurgentes. Nesta categoria, podemos citar como experiências de territorialização dissidente, as feiras de troca, organizadas pelos cidadãos, no interior do Brasil, projetos de instauração de moedas locais em comunidades carentes, ou também a territorialização lúdica dos grafiteiros, com a demarcação dos territórios a partir de desenhos e formas.

Trazendo o conceito para a Praça da Matriz, o espaço com os movimentos sociais, constitui-se em um território dissidente? Restou entendido que toda prática espacial, territorializada sem a ação ou intervenção do governo, constitui como premissa para a formação de um território dissidente, tendo em vista que os movimentos, quando presentes, na Praça da Matriz, podem a qualquer momento serem dissipados por força do poder público. Não seria este um exemplo de prática insurgente e revolucionária de transformação do espaço geográfico? Acreditamos que a Praça da Matriz, enquanto lugar de manifestações sociais insurgentes, pode remeter ao imaginário de que ali se forma um território dissidente. Souza (2010, p. 25) afirma:

Mas territórios dissidentes também podem corresponder a/abrigar outras práticas espaciais, tais como aquelas que intencionalmente produzem territorializações efêmeras com o propósito de atrair atenção e/ou perturbar algumas atividades e agentes: por exemplo, a ocupação temporária de espaços que são política, econômica ou simbolicamente relevantes (ruas, estradas, espaços públicos situados perto ou em frente de prédios “icônicos” que abrigam instituições estatais).

Ressaltamos nas palavras de Souza, “espaços públicos situados perto ou em frente de prédios ‘icônicos’ que abrigam instituições estatais”. A Praça da

Matriz, como observado ao longo da presente monografia, está inserida na adjacência do principal centro cívico do Estado, com a presença de prédios que representam os três poderes, além de se constituir um lugar simbólico, dotado de memórias afetivas e laços de pertencimento, portanto este espaço enquadra-se na categoria abordada pelo autor de território dissidente, com seus movimentos efêmeros, sejam eles na luta por melhores salários, ou pela luta em defesa da vida e do meio ambiente. Ainda com Souza (2010, p. 26):

Bloqueios de ruas/estradas têm sido praticados por ativistas de movimentos sociais em todo mundo, dos EUA à África do Sul, da Europa ao México. Talvez o mais impressionante símbolo venha da Argentina, onde os piqueteros converteram os bloqueios em uma forma central de protesto e, ao mesmo tempo, em um símbolo e um fator de identidade.

A partir da análise da citação é possível enquadrar a Praça da Matriz como palco de inúmeras passeatas, paralisações ou trancamentos de ruas ao longo dos anos. Conforme verificado, em Souza, observamos que estes territórios são carregados de identidades, subjetividades, reforçando a argumentação apresentada, durante o segundo capítulo, de que a Praça da Matriz, desde sua fundação, consolidou-se enquanto um espaço simbólico. O que corrobora com a demarcação da categoria de análise território dissidente para os estudos envolvendo a Praça da Matriz.

Tais conflitos presentes na Praça da Matriz surgem a partir da natureza heterônoma da sociedade, em que as leis são construídas de cima para baixo, ou seja, estamos sob a égide de uma democracia representativa, ao contrário da Grécia Antiga, onde se vivenciava de fato a Democracia Participativa no processo de representação. A territorialização das práticas sociais insurgentes na Praça da Matriz buscam o processo de autonomia individual para assim possuírem o direito de participar nas decisões que envolvam a coletividade ou lutando por bandeiras que julguem como corretas e dignas de embate político e cultural, acreditamos que tal processo pode constituir-se em um agente (re)organizador das forças envolvidas no espaço.

Nas figuras 10 e 11 podemos visualizar manifestações efêmeras, pois sua duração é encurtada, com a mesma facilidade que se organizam e mobilizam-se, dissipam-se rapidamente, ou seja, formam um território dissidente efêmero. As

figuras mostram a territorialização das práticas espaciais, junto a Praça da Matriz, durante manifestação de servidores do Estado.



Figura 10 - Manifestação de servidores junto ao Palácio Piratini

Fonte: http://semapisindicato.org.br/index.php?topico=listarfotos&f_cod_evento, 2012



Figura 11 - Manifestação de servidores, ao fundo visualiza-se a Praça da Matriz

Fonte: http://semapisindicato.org.br/index.php?topico=listarfotos&f_cod_evento, 2012

No início do corrente ano ocorreu um movimento na Praça da Matriz que durante três meses transformou o espaço em um território dissidente. A prática espacial em questão foi denominada de OcupaPOA. Inspirado no movimento *Occupy Wall Street* (CORREIO DO POVO DIGITAL, 2012), a ação surgiu a partir de mobilizações via a Rede Social *Facebook*, ou seja, um território virtual, onde os participantes organizaram a ocupação da Praça Matriz, o que ocorreu no dia 20 de dezembro de 2011. Seu objetivo foi a busca por soluções populares de problemas vinculados desde a homofobia até o novo código florestal, transformando o espaço público em local de debates sobre temas de relevância para a sociedade. O movimento não possuiu porta-vozes, nem líderes, legitimando o caráter de autonomia, suas pautas eram decididas em assembleias na própria praça (JORNAL ZERO HORA, 2012).

Atendendo a pedidos de reintegração de posse, impetrados pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a justiça determinou a desocupação da Praça da Matriz pelo OcupaPOA, o que ocorreu no dia 12 de abril de 2012, após cerca de quatro meses de ocupação do espaço (ZERO HORA DIGITAL, 2012). A figura 12 mostra a comemoração de três meses do movimento.

OCUPA POA convida

Indignados vão às ruas na Espanha 15/05/11 Acampamento na Praça da Matriz 20/12/11

25/01/11 Inicia a Primavera Árabe 11/11/11 Criação do Ocupa POA 20/03/12 3 meses!

CELEBRAÇÃO

3 MESES DE ACAMPAMENTO

20/03 TERÇA	24/03 SÁBADO	25/03 DOMINGO
<p>À tarde Projeção de fotos e vídeos sobre o Ocupa POA e todos os Occupys do mundo</p> <p>19h GRANDE ASSEMBLEIA pelos 3 meses de ocupação e pela possibilidade de remoção no dia 21/03.</p>	<p>15h-19h Rodas de conversa sobre CÓDIGO FLORESTAL e SOBERANIA ALIMENTAR</p> <p>Questão Indígena - Reforma agrária - Agronegócio - Transgênicos - Agrotóxicos - Hortas urbanas - e mais</p>	<p>15h-19h Rodas de conversa sobre MORADIA e TRANSPORTE</p> <p>Aumento das passagens de ônibus - Bicicleta - Metrô - Impactos de grandes eventos esportivos - e mais</p>

DE TERÇA A SEXTA: Atividades de educação ambiental com crianças e adolescentes de escolas públicas de Porto Alegre, durante a manhã e/ou tarde.

TODAS AS NOITES: Saraus culturais, malabares, capoeira e bandas musicais (Defenestrantes – Esteio / Criminal Kids – Porto Alegre).

*RODAS DE CONVERSA: variedade de assuntos se amplia de acordo com a quantidade de pessoas. Ao término do dia, proposição de alternativas/ações práticas para o grupo aplicar.

ADICIONE SUAS IDEIAS. TRAGA SUA BARRACA E VEM PRA PRAÇA!

Praça da Matriz – Centro de Porto Alegre ocupapoa.org
TUDO GRATUITO ocupapoa@gmail.com

Figura 12 - Divulgação OcupaPOA

Fonte: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2012/03/505270.shtml>, 2012

Aplicando a este processo de ocupação os conceitos estudados por Marcelo Lopes de Souza, em 2010, é latente a territorialização das práticas espaciais na formação de um território dissidente, de categoria efêmera. Ressaltamos, também, que uma análise atenta ao cartaz de divulgação, mostra que este grupo faz uma referência a acontecimentos ocorridos ao longo do ano de 2011, como a Primavera Árabe; seria o OcupaPOA um movimento engendrado pelo momento histórico presente, qual seja, o surgimento de insurgências por todo o planeta? Trazemos, na figura 13 a territorialização do grupo na Praça.



Figura 13 - OcupaPOA Territorializado na Praça da Matriz
 Fonte: <http://boaebelavida.blogspot.com.br/2012/01/ocupa-poa.html>, 2012

Por fim, as práticas espaciais insurgentes, ou seja, os movimentos sociais, criam seis tipos de territorialização, a saber: territorialização em sentido estrito; territorialização em sentido amplo; refuncionalização do espaço material; ressignificação de lugares; construção de circuitos econômicos alternativos e construção de redes espaciais (SOUZA, 2010).

Pensamos ser pretensiosa, nesta pesquisa, a delimitação de todas as categorias citadas. Portanto, nos atemos aos aspectos que julgamos presentes junto a Praça da Matriz, assim a territorialização em sentido estrito, bem como a ressignificação de lugares merecem uma atenção por parte dos pesquisadores. A primeira está intimamente ligada à apropriação do espaço pela presença física, de

tal sorte que estaremos na presença desta forma de territorialização quando da efetiva manifestação social no território da Praça da Matriz. Enquanto a segunda forma de apropriação é relacionada à presença de elementos, presentes no espaço transformado em lugar, desta forma os laços de afetividade, identidade e o simbolismo ali presente constroem a ressignificação de lugares, por conseguinte a Praça da Matriz, no momento de uma prática social, (re)significará uma outra forma de olhar o território, ou seja, o território, meramente físico, passa a condição de espaço simbólico, ou lugar, para os manifestantes.

A Praça da Matriz, como estudado, pode representar uma territorialização dissidente, efêmera, ou seja, enquanto perdurar a prática espacial insurgente realizada no território, como ocorrido durante o OcupaPOA. Acreditamos que além de um território dissidente este território possa representar um espaço de poder, por todo o simbolismo que a carrega, de modo que no próximo sub-capítulo estudamos a Praça da Matriz enquanto um espaço de poder.

4.2 PRAÇA DA MATRIZ E O ESPAÇO DE PODER

Relações de poder, tensões, campos de luta, são inerentes à condição humana e a vida em sociedade. O território é o campo de possibilidades das estratégias para a efetividade do poder que ocorre a partir das relações humanas e destas com o território. A Praça da Matriz enseja um espaço da relação conflitante entre o poder, nesta pesquisa compreendido como poder estatal, e o contrapoder, exercido pela sociedade, como observamos ao longo deste sub-capítulo. Foucault (2004, p.175) afirma: “Dispomos da afirmação que o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce [...]”. As afirmações de Foucault balizam a concepção de que em qualquer relação humana, o poder é intrínseco às relações sociais, sendo conferido a um indivíduo que o exerce, legitimado e mantido pela coletividade. Sobre a temática, Arendt (1994, p. 36) afirma:

O poder corresponde à habilidade humana não apenas agir, mas de agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para atuar em seu nome. A partir do momento em que o grupo, do qual se originara o poder desde o começo (*potestas in populo*,

sem um povo ou grupo não há poder), desaparece, “seu poder” também se esvanece.

Podemos constatar que, conforme Arendt, mesmo os poderes estatais, investidos legalmente, são mantidos por um outro poder, o poder do grupo que o legitimou, que através da pressão e união pelo bem comum pode desconstituí-lo. Exemplifiquemos, novamente, com Arendt (1994, p. 39):

Testemunhamos recentemente como não foi preciso mais do que uma rebelião de estudantes franceses, relativamente inofensiva e essencialmente não-violenta, para revelar a vulnerabilidade de todo o sistema político, que logo que se desintegrou ante os olhos espantados dos jovens rebeldes. Sem saber, eles o haviam testado; eles pretendiam apenas desafiar o ossificado sistema universitário e veio abaixo o sistema governamental de poder (...).

A vulnerabilidade apresentada pela autora através de rebeliões nada mais que o contrapoder, que significa o poder exercido em oposição a outro poder, desta forma contrapoder não é sinônimo de negação de poder, mas sim outra forma de relação no espaço, um contraponto ao poder instituído legalmente (SOUZA, 2010).

Portanto, quando da ação efetiva de um movimento social, por exemplo, na manifestação por melhores salários dos professores estaduais junto à Praça da Matriz, ou da territorialização do OcupaPOA, estamos em presença, não somente de um território dissidente, mas sim de um espaço de poder, composto pelo poder momentâneo, que se expressa na tentativa de negociação dos indivíduos atuantes na prática espacial e o Estado, juntamente com o poder legal instituído, presente nas figuras do legislativo, judiciário e executivo.

Observa-se, então, a Praça da Matriz como um espaço de poder, de poderes conflitantes, conflito este entre os que outrora legitimaram o poder institucional e os que hoje são representantes do povo. Tal relação é carregada de simbologia, identidades, remetendo a memórias afetivas e imaginários de poder que perpassam o inconsciente dos cidadãos. É importante ressaltarmos que a relação de poder existente no território da Praça da Matriz se potencializa, uma vez que se localiza na cidade-capital do Estado, ou seja, as reivindicações, as zonas de tensão serão maiores. Conforme Corrêa (1989, p.9):

Mas o cotidiano e o futuro próximo acham-se enquadrados em um contexto de fragmentação desigual do espaço, levando aos conflitos sociais, como as greves operárias, as barricadas e os movimentos sociais urbanos. O espaço da cidade é assim, e também, o cenário e o objeto das lutas sociais, pois estas visam, afinal de contas, o direito à cidade, a cidadania plena e igual para todos.

Através de Corrêa, observamos a natureza da cidade, de zona de confronto, onde as lutas por melhor qualidade de vida se intensificam de tal forma que cada vez estaremos diante de algum movimento social, alguma reivindicação, enfim de algum campo de tensão, de relações de poder, cabendo a Geografia a análise da transformação espacial ocasionada.

4.3 A TERRITORIALIZAÇÃO DISSIDENTE EM OUTROS ESPAÇOS

Por último, nos encaminhado para as considerações finais da presente pesquisa acadêmica, realizamos uma breve análise de outros espaços, dentro do município de Porto Alegre, que podem retratar territorializações dissidentes.

O largo denominado de Esquina Democrática, composta pelo cruzamento das Ruas Borges de Medeiros e Andradas, também conhecida como Rua da Praia, é um marco de suma importância, pois desde o século XIX foi considerada um centro cívico, onde derivaram repetidos episódios políticos com grande repercussão para a vida da cidade e do Estado (FRANCO, 1998). Esta condição de centro cívico transforma a Esquina Democrática, quando da territorialização de uma prática espacial insurgente, em um território dissidente, apesar de que ao longo dos anos este espaço perdeu sua essência sendo observada, nos dias atuais, uma maior manifestação durante os períodos eleitorais, ocorridos de dois em dois anos.

Como outro espaço que pode se transformar em um território dissidente, ou um espaço de poder é a Praça Montevideu localizada em frente ao Paço Municipal. Neste espaço, no dia 05 de outubro do corrente ano, ocorreu o movimento Defesa Pública da Alegria, organizado, assim como o OcupaPOA, através de redes sociais (PORTAL TERRA, 2012). Esta prática espacial, durante a realização do evento, criou no espaço o território dissidente que critica a privatização de espaços públicos, defendendo a tese de que o Largo Glênio Peres foi “entregue”

a iniciativa privada. Tal ativismo foi violentamente reprimido pelas forças de polícia. Na figura 14, visualizamos a foto da manifestação ora citada.



Figura 14 - Movimento em defesa da alegria territorializado na Praça Montevideu
Fonte: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2012/10/>, 2012

E desta forma, possuímos inúmeros outros espaços nos limites da cidade que possibilitam uma territorialização dissidente ou espaço de poder. Cabe aos geógrafos, enquanto cientistas sociais, o estudo das implicações nas configurações sócio-espaciais no tecido das cidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o fechamento da presente pesquisa acadêmica algumas análises e considerações merecem destaque. Ao longo do desenvolvimento, desta monografia, foi possível constatar a natureza heterônoma da sociedade, com a presença do Estado centralizador das decisões, caracterizando-o como a instância máxima do poder. No entanto, seria esta a única forma de organização social e espacial? É necessária a presença de um poder central na constituição da sociedade? A presença do Estado centralizador constitui-se em uma realidade dada e imutável?

A análise espacial, a partir da analogia entre território e movimentos sociais, possibilitou uma resposta negativa frente aos questionamentos anteriores, uma vez que constatamos (re)configurações espaciais e sociais surgidas no cerne da territorialização dissidente.

Assim, na busca pelas territorializações dissidentes, iniciamos por estudar os movimentos sociais, com suas identidades, com seu processo de autonomia. Evidenciamos que as práticas sociais insurgentes, para se concretizarem, necessitam de certo grau de amadurecimento dos seus agentes, os quais precisam inculcar o sentimento do “ser cidadão” compreendendo o que é ser um indivíduo na sociedade, seus direitos e suas obrigações.

Identificamos a formação da área em estudo, estritamente relacionada ao processo histórico da cidade de Porto Alegre, constituindo desde sua fundação como centro do poder da província e posteriormente do Estado. As relações de poder criaram, na sociedade, o imaginário da praça como um espaço de poder, mas sua estrutura e história também a transformam em um território, entendido como território físico, ou em um lugar, conforme a categoria de análise e o olhar do pesquisador.

Da mesma forma, identificamos que os movimentos sociais territorializados no espaço são de natureza efêmera, fugaz, se constituem e se dissipam em curtos lapsos de tempo. Entretanto, apesar de sua efemeridade as práticas espaciais insurgentes, durante sua duração, transformam a Praça da Matriz em um território dissidente, com caráter autônomo, no instante do manifesto, pois os cidadãos estão “criando” suas próprias leis e regramentos, na busca da participação

efetiva das decisões que afetam a coletividade, “gritando” que querem ser ouvidos e não apenas utilizados como massa de manobra.

Observamos que o conceito de território dissidente constitui-se a partir do conceito de heterotopia, ou seja, “o outro lugar”. Este outro lugar é àquele oposto ao lugar do poder legalmente investido, com instituições rígidas, centradas, com decisões unilaterais, em última análise é o lugar da prática libertária, autônoma, livre e participativa, onde os envolvidos na coletividade compreendem que sua liberdade depende da liberdade do próximo, cada qual pode constituir sua própria lei e a territorializá-la no espaço, pois atingiu o estágio de amadurecimento no qual respeitará o seu próximo para assim ser tratado.

Hoje vivemos o tempo do multiculturalismo, da multiterritorialidade, o ativismo popular se faz cada vez mais presente, os espaços de poder estão pulverizados, vivenciamos o protagonismo das massas como nunca, o homem precisa aprender a conviver com as diferenças, entendendo que a diversidade é o caminho para a formação da sociedade participativa e autônoma. Pensamos que as práticas sociais contribuem para as mudanças necessárias ao tecido urbano, uma vez que as práticas insurgentes possuem força e pressão para reorganizar o espaço. Desta forma, acreditamos ser importante o estudo das relações entre os movimentos sociais e os territórios, pois assim estamos construindo o espaço geográfico, ou seja, a interação do homem e o meio e, por conseguinte o objeto de estudo da Geografia. Acreditamos também que o presente estudo suscitou a discussão de temas caros à ciência geográfica, uma vez que se abordaram os conceitos de identidade, território e lugar.

Por fim, uma pesquisa acadêmica não pode possuir a pretensão de ser considerada concluída, os estudos são abertos, sujeitos a novas análises, a (re)interpretações, a retomadas, a complementações, ou ainda os conceitos utilizados podem vir a serem aplicados em outras áreas, contribuindo para a compreensão das relações de poder encontradas no território, não só de Porto Alegre, como de outras cidades e Estados. Cabe a nós, geógrafos, a leitura das cidades, das relações de poder, das interações entre sociedade e meio, de forma crítica e comprometida com a transformação das atuais estruturas desiguais e heterônomas, para que possamos caminhar em direção a um mundo mais humano e igualitário.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**; tradução André Duarte. Rio de Janeiro: Dumará, 1994. 114p.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**; tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. 110p.

CABRAL, Eloísa Helena de Souza. **Terceiro setor – gestão e controle social**. São Paulo: Saraiva, 2007. 229p.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**; tradução Guy Reynaud. 5. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 418p.

COPSTEIN, Gisela. Porto Alegre – do final do século XIX ou do início do século XX. **Boletim gaúcho de geografia**. Porto Alegre, v. 1, n. 14, p. 22-27. 1973.

CÔRREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 95p.

CORREIO DO POVO DIGITAL. Porto Alegre: Rede Record. Diário. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/Noticias/?Noticia=397409>>. Acesso em: 04 nov. 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004. 295p.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. 3. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. 440p.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**. São Paulo: Cortez, 2005. 120p.

_____. **História dos movimentos sociais e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 2003. 203p.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização – “do fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 396p.

_____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002. 186p.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 09 out. 2012.

_____. **Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Porto Alegre (RS)**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/default.php?cod1=43&cod2=431490&cod3=43&frm=piramide>>. Acesso em: 04 nov. 2012.

MACHADO, Andréa Soler. A Praça da Matriz. **Arqtexto**. Porto Alegre, v. 1, n. 0, p. 44-56. 2000.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**; tradução Maria de Lurdes Menezes. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998. 232p.

MASSEY, Doren B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**; tradução Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312p.

OLIVEIRA, Clovis Silveira de. **Porto Alegre: a cidade e sua formação**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Gráfica Metrópole, 1993. 276p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. 191p.

PORTAL TERRA. **Ativistas derrubam mascote da Copa e confrontam polícia no RS** Disponível em: <<http://esportes.terra.com.br/futebol/copa/2014/noticias/0,,O16204103-EI18776,00-Ativistas+derrubam+mascote+da+Copa+e+confrontam+policia+no+RS.html>>. Acesso em: 04 nov. 2012.

PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal de. Disponível em:

<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/turismo/default.php?p_secao=257>. Acesso em: 29 set. 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**; tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269p.

SILVA, Francisco de Assis. História do Homem – Abordagem integrada da história geral e do Brasil – 2. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1996. 143p.

_____. História do Homem – Abordagem integrada da história geral e do Brasil – 3. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1996. 173p.

_____. História do Homem – Abordagem integrada da história geral e do Brasil – 4. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1996. 180p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009. 384p.

SILVA, Adriana Pisoni da. **O saber-fazer do turismo na revitalização de sítios históricos urbanos: Um estudo das Praças da Alfândega e da Matriz na cidade de Porto Alegre/RS**. 2006. 168 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SILVA, Juremir Machado da. **Vozes da legalidade: política e imaginário na era do rádio**. Porto Alegre: Sulina, 2011. 223p.

SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. **A prisão e a ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632p.

_____. Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: Os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. **Cidades**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 11, p. 13-47. 2010.

ZERO HORA DIGITAL. Porto Alegre: RBS. Diário. Disponível em:
<<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2012/04/depois-de-quase-quatro-meses-movimento-ocupa-poa-deixa-a-praca-da-matriz-3724660.html>>. Acesso em:
04 nov. 2012.